



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO **INTERNACIONAL** Nº 004/2026**

**COMPRASGOV Nº 90004/2026 - UASG: 925794**

**ID CIDADES: 2026.500E2300002.08.0003**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por meio do **POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **PMES**, com sede na **Av. Maruípe, 2111 - São Cristovão, CEP: 29.048-463 – Vitória - ES**, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO INTERNACIONAL**, na forma **ELETRÔNICA**, para **REGISTRO DE PREÇOS DE ARMAMENTO PORTÁTIL DE USO RESTRITO DA PMES: (I) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK"; (II) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK" E ACESSÓRIOS; (III) CARABINA, MULTICALIBRE MODULAR, CONFIGURAÇÃO "BULLPUP" E ACESSÓRIOS**, conforme processo E-Docs nº **2025-BJG34**, nos termos da Lei 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 5.352-R/2023, do Decreto Estadual 5.545-R/2023, do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1 - DO OBJETO E DISPOSIÇÕES ESSENCIAIS**

1.1 - O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de **ARMAMENTO PORTÁTIL DE USO RESTRITO DA PMES: (I) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK"; (II) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK" E ACESSÓRIOS; (III) CARABINA, MULTICALIBRE MODULAR, CONFIGURAÇÃO "BULLPUP" E ACESSÓRIOS**, conforme especificações do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

1.2 - A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem cada grupo.

1.3 - O orçamento estimado da presente contratação possui **caráter sigiloso**, conforme Anexo I – Termo de Referência.

1.4 - Data da sessão pública: **12 de março de 2026; às 10:00 horas.**

1.5 - O modo de disputa será o **fechado e aberto.**

1.6 - Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por item.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.7 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio da **PMES** a cargo da conta da atividade **1780**, Elemento de Despesa no **4.4.90.52** do orçamento da **PMES** para o exercício de **2026**.

## **2 - DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - Esta licitação adota o Sistema de Registro de Preços, e as regras pertinentes constam deste Edital e do Anexo que trata da minuta de Ata de Registro de Preços (ARP). No Anexo I deste Edital constam as informações sobre órgãos participantes, quantitativos e sobre a possibilidade ou não de adesão.

## **3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 - Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte ou para os beneficiários congêneres, em razão da vedação prevista no art. 4º, § 1º, I, e §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/2021.

3.6 - Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



3.6.3 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.4 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.5 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.6 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.6.8 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

3.7 - O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



3.9 - O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.10 - Poderão participar empresas estrangeiras com representantes legais constituídos no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativamente e judicialmente por seus atos.**

**3.11 - Os poderes para representar a empresa estrangeira devem vigorar desde a sua participação na licitação até o encerramento definitivo do vínculo com a Administração, caso contratada.**

**3.12 - Os documentos exigidos para participação do certame, inclusive os de habilitação, que estiverem em língua estrangeira, serão aceitos em tradução livre durante a fase de julgamento das propostas e habilitação.**

**3.13 - As empresas estrangeiras que não puderem apresentar, para participação no certame, a documentação exigida neste Edital e no Termo de Referência, por inexistência de instrumento equivalente ou por força de legislação específica de país de origem do licitante, tanto quanto possível, deverão atender as exigências com a apresentação de documentos equivalentes, em tradução livre.**

**3.14 - Para fins de assinatura do contrato ou Ata de Registro de Preços, todo e qualquer documento exigido, inclusive os de habilitação, e que for apresentado em idioma estrangeiro, deverá apostilado, nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas e em todos os casos traduzido para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado no Brasil.**

**3.15 - Documentos estrangeiros provenientes de países que tenham língua oficial portuguesa dispensam tradução juramentada. A dispensa de tradução juramentada estende-se aos documentos de habilitação.**

#### **4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 - Na presente licitação, as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento ocorrem antes da fase de habilitação.

4.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.3 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 - O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021, e neste Edital.

4.6 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.9.1 - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.9.3 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.10 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados.

5.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 - O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, **inclusive aqueles decorrentes de todos os atos necessários para o importação e desembaraço aduaneiro, compreendendo emissão de carta de crédito, as taxas, tarifas e impostos referentes a: licença de importação, de desembaraço aduaneiro, de descarregamento do veículo transportador, de armazenagem alfandegária, capatazia, de despesas aeroportuárias, fretes e outras que se fizerem necessárias, custos com o manuseio de carga, inclusive, porventura, com serviços de terceiros ou mão-de-obra, devidos no país de origem ou no Brasil, conforme o caso, e outros custos que venham a incidir direta ou indiretamente no objeto licitado, inclusive indicando a adequada classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum(NCM)/TEC, com o respectivo destaque.**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.5 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**

5.9 O licitante nacional ou estrangeiro poderá apresentar sua proposta em Real, Euro ou Dólar Americano, contudo, para cadastramento no sistema Compras.gov.br, é necessário informar o valor em Real.

5.9.1 O pagamento feito ao licitante brasileiro eventualmente contratado será efetuado em moeda corrente nacional (Real).

**5.10 No cadastramento da proposta e fase de lances no sistema eletrônico Compras.gov.br, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda Brasileira (Real - R\$) à taxa de câmbio PTAX de venda no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**  
**(<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).**

5.11 As propostas de preço (**Anexo I-D e Anexo I-E do Termo de Referência**), apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão estar equalizadas, isto é, estar acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

5.12 Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei nº 14.133 /21, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), PIS e COFINS.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.13 Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme valor de **"K" do Anexo I-E do Termo de Referência**.

5.14 Para licitantes estabelecidos no Brasil que ofertarem equipamentos nacionais, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário, conforme **valor de "H" do Anexo I-D do Termo de Referência**.

5.15 Qualquer tributo, custo ou despesa, direto ou indireto, relacionado com o fornecimento do objeto da presente licitação, omitido ou incorretamente cotado na proposta será considerado como incluso no preço, não sendo possível pleitear acréscimos sob esse argumento.

5.16 O Termo Internacional de Comércio - INCOTERM a ser adotado será o DDP - Delivered Duty Paid (Entregue com os impostos pagos, até o local determinado) ou, DPU - Delivered At Place Unloaded (Entregue no Local Desembarcado) em caso de inviabilidade de INCOTERM DDP.

5.17 - As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com os modelos disponíveis nos anexos do Termo de Referência, **bem como deverão conter especificações técnicas, manual (as versões originais para o ano corrente ou a última versão), catálogo original do ano corrente, além dos demais documentos exigidos nos subitens 7.12.4 e 4.15 do Anexo I (Termo de Referência) e nos itens 3.2 e 3.3 do Anexo I-A.**

5.18 Os licitantes, nacionais ou estrangeiros, assumem integralmente o risco cambial decorrente da moeda escolhida para apresentação da proposta, sendo o valor final aplicável ao contrato aquele resultante da conversão pela taxa de câmbio definida no instrumento convocatório, sem possibilidade de recomposição posterior por variação cambial.

## **6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- 6.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).**
- 6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.10.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.10.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

6.18.2 Esgotados os critérios de desempate previsto em lei, o desempate poderá ocorrer por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os Dados Complementares, observando os modelos anexos a este Edital.

6.19.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.20** A teor do § 1º do Art. 52 da Lei 14133/21 será facultado ao licitante nacional encaminhar sua proposta final, caso vencedora, em moeda estrangeira. **Os**

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**licitantes, tanto nacionais quanto estrangeiros, assumem o risco cambial envolvido na opção de moeda expressa na proposta final que é vinculante em relação à formalização contratual e pagamento da obrigação.**

6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7 DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro de Fornecedores do Estado do Espírito Santo – CRC/ES;

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.3 Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

7.4 Será também desclassificada a proposta vencedora que:

7.4.1 conter vícios insanáveis;

7.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



7.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.5 O licitante deverá apresentar em sua proposta econômica, sob pena de desclassificação, a declaração de que ela compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6 Após a verificação das condições dos itens antecedentes, os documentos de habilitação serão solicitados e apreciados e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

## **8 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos previstos no **Anexo I - A deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados, em formato digital, por meio do sistema. O Licitante vencedor deverá providenciá-los no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados a partir da solicitação do Pregoeiro.

8.3 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei 14.133/2021).

8.4 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.8 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no mesmo prazo de envio dos documentos de habilitação.

8.9 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

8.10 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

8.11 Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

8.12 Em se tratando de consórcio, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em relação a cada empresa consorciada, observando o item sobre participação em consórcio.

## **9 DOS RECURSOS**

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei 14.133/2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando se tratar de decisão sobre o julgamento das propostas ou de habilitação ou inabilitação de licitante, o Pregoeiro comunicará aos licitantes, no mínimo com vinte e quatro horas de antecedência, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, acerca da abertura do prazo para manifestação imediata de que tratam os subitens seguintes:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema de processo eletrônico E-Docs, no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>).

## **10 DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

10.1 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

10.2 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

10.2.1 Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<https://acessocidadao.es.gov.br/>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

10.2.2 Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



10.2.3 No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <https://compras.es.gov.br/conta-verificada>.

10.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

10.4 Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

10.5 Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1 Após a homologação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja tempestiva e devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.5 Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o caput deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.8.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.8.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.9 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.9.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.9.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.10 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.10.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.10.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e 52 do Decreto 5354-R/2023.

11.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.11.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.11.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



## **12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



12.2 Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, bem como a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.3 O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.3.1 multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

12.3.2 impedimento de licitar e contratar; e

12.3.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

12.6 As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato e/ou no Termo de Referência.

### **13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados no órgão realizador do certame, de 9 às 18 horas, ou enviadas para o e-mail [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br). Somente serão aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo impugnante.

13.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



13.4 Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente, a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.6 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13.7 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por publicação em campo do Sistema de Compras do Governo Federal, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando os interessados obrigados a acessar o endereço para a obtenção das informações prestadas.

## **14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). Além disso, o acompanhamento do processo nº **2025-PQ04F** poderá ser feito através do credenciamento no E-docs: <https://acessocidadao.es.gov.br/>.

14.11 Além das publicações de exigência legal, a licitação também será publicada para divulgação no exterior, através do site <http://www.dgmarket.com>, portal de licitações internacionais que englobam mais de 170 países e Instituições como o Banco Mundial.

14.12 Visando aumentar a publicidade do edital, ainda, serão enviados emails para o Serviço de Promoção Comercial (SECOMs) que o Ministério das Relações Exteriores possui nos consulados e embaixadas (<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/invest-export-brasil/exportar/busque-apoio/ministerio-das-relacoes-exteriores/mre/setores-de-promocao-comercial/secoms-privado>).

14.13 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**Anexo I – Termo de Referência**

**Anexo I - A– Requisitos de Habilitação**

**Anexo I – B – Especificações Técnicas**

**Anexo I – C – Laudos, Atestados e Testes dos Armamentos**

**Anexo I – D - Modelo de Proposta para Material Nacional ou Nacionalizado**

**Anexo I – E – Modelo de Proposta para Equipamento Importado**

**Anexo I – F – Modelo de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente**

**Anexo I-G: Atribuições da Comissão de Testes**

**Anexo I-H: Atribuições da Comissão de Recebimento Provisório (CGP)**

**Anexo I-I: Plano de Ensaio de Recebimento (PER) – Grupo 1**

**Anexo I-J: Plano de Ensaio de Recebimento (PER) — Grupo 2**

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



**Anexo II - Dados Complementares para Assinatura do Instrumento  
Contratual**

**Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços**

**Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato**

**Vitória - ES, 20 de fevereiro de 2026.**

---

**PAULO SERGIO ROCHA GOMES - CAP QOCPM**  
**Agente de Contratação da PMES**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA

**PROCESSO Nº 2025-PQ04F** - Licitação internacional: Aquisição de armamento portátil de uso restrito da PMES: (i) Submetralhadora, cal. 9x19 mm, Sistema "blowback"; (ii) Submetralhadora, cal. 9x19 mm, Sistema "blowback" e acessórios; (iii) Carabina, multicalibre modular, Configuração "bullpup" e acessórios.

IDENTIFICAÇÃO			
Un. Gestora:	Polícia Militar do Espírito Santo (PMES)		
Un. Adm. Envolvidas:	Divisão de Material Bélico (DLog/3)		
Responsáveis:	Maj QOC PM Vinicius Muzi Rios, NF 2757940, CPF n.º 116.617.067-54; 2º Sgt QPMP-C Héber Porto Valverde, NF 2912643, CPF n.º 099.217.757-07.		
Data de Elaboração:	05.02.2026	Versão:	06

1 - DO OBJETO

1.1 - Aquisição nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

DESCRIÇÃO						ÓRGÃO GERENCIADOR		ÓRGÃOS PARTICIPANTES				TOTAL
NCM <sup>1</sup>	SIADES	CATMAT <sup>2</sup>	GRUPO	ITEM	TIPO	QTDE MÍNIMA	PMES	PCES	PCIES	PPES	SESP	
9301.90.00	0287171	627596	1	1	Submetralhadora, cal. 9X19mm.	100	2.500	200	20	100	3.800	6.620

<sup>1</sup> As submetralhadora e carabinas, classificados com a NCM 9301.90.00, estão listados na Categoria I, Armas de Fogo (inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios, da Lista de Produtos de Defesa (Liprode), que é aprovada pela Portaria SEPROD/SG-MD Nº 4023 DE 01/12/2020

<sup>2</sup> CATMAT (Catálogo de Materiais) é um sistema informatizado, parte do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), que serve para catalogar e codificar todos os materiais utilizados pela Administração Pública Federal. É uma base de dados padronizada que ajuda a identificar, classificar e descrever os materiais que podem ser licitados e adquiridos.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



9302.00.00	0287171	627596	2	2	Submetralhadora, cal. 9x19mm, com acessórios.	100	2.500	200	20	50	3.800	6.570
9302.00.00	0287170	608936		1	Carabina multicalibre modular 5,56X45mm NATO /9x19 mm - com acessórios	50	1.000	200	20	50	1.500	2.770

1.2 - Os itens do grupo 1, indicados na tabela supra, serão agrupados conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 - Características mínimas

1.3.1 -As características mínimas dos materiais se encontram definidas no Anexo I-B (Especificações Técnicas) e demais anexos técnicos aplicáveis.

1.3.2 -Na hipótese de divergência entre as especificações técnicas descritas neste Termo e as constantes do sistema SIADES e compras.gov.br, as especificações contidas no anexo supra referenciado prevalecerão.

1.4 - Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 5.352-R/2023.

1.5.1 -O prazo de vigência da contratação, considerado o cronograma de execução desenvolvido, será de 1 (um) ano (12 meses), por intermédio do Sistema de Registro de Preços, conforme rege o art. 6º, XLVI, da Lei n. 14.133/2021, tendo sido definido com base nas seguintes razões:

1.5.1.1 - devido a característica do objeto, visando assegurar a permanência das atividades e funcionalidade dos serviços prestados pela Polícia Militar, uma vez que a não realização da aquisição pode comprometer a prestação do serviço público essencial de Segurança Pública, missão institucional da PMES.

1.5.2 -O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei 14.133/2021.

1.5.2.1 - O prazo de vigência do contrato decorrente da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.5.3 -A empresa vencedora deverá fornecer o material pelo preço registrado dentro do período de 1 (um) ano (exceções de alteração de preço serão analisados conforme a lei), com reajuste anual possível, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).”

**1.6 - Da prorrogação da Ata de Registro de Preços<sup>3</sup>**

1.6.1 -Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de armamento portátil, com cadeia logística complexa, elevado valor unitário e necessidade de reposição e expansão gradual do parque bélico ao longo do tempo, revela-se conveniente e oportuna a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços, com renovação integral dos quantitativos inicialmente registrados, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 32 do Decreto Estadual nº 5.354-R/2023. Tal medida permite aproveitar as condições vantajosas obtidas no certame, reduzindo custos e prazos decorrentes da realização de novas licitações, assegurando previsibilidade para o planejamento orçamentário dos órgãos participantes e garantindo a continuidade da política de fortalecimento da capacidade operacional das forças de segurança, sem prejuízo do controle de demanda, uma vez vedada a acumulação de saldos não utilizados de períodos anteriores:

1.6.1.1 - Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), as quantidades inicialmente registradas serão integralmente renovadas, independentemente do quantitativo efetivamente utilizado durante o período de vigência anterior, sendo vedada a acumulação de saldos não utilizados.

1.6.1.2 - Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará, necessariamente, a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente de cada item.

1.6.1.3 - Na hipótese de prorrogação antecipada de que trata o subitem 1.6.1.1, o novo prazo de vigência da ARP será de 01 (um) ano.

<sup>3</sup> O Decreto n.º 5354-R, 28.03.2023, que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, definiu a forma da intenção de registro de preço.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**1.7 - Intenção de Registro de Preço (IRP)**

1.7.1 - Em razão da natureza dos objetos, isto é, do regulamento infralegal que estabelece normas para aquisição de Produtos Controlados pelo Exército – PCE, e em conformidade com sua capacidade de gerenciamento, a consulta de manifestação de interesse de participação em registro de preço será restrita aos seguintes Órgãos:

ORDEM	ÓRGÃO
1	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
2	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
3	POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
4	POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1.7.2 - Os órgãos que pretendem participar da IRP têm 8 (oito) dias úteis para enviar resposta ao convite.

1.7.3 - O convite de que trata o subitem 1.6.2 deverá estar acompanhado dos seguintes documentos e instruções:

1.7.3.1 - Estudo Técnico Preliminar; e

1.7.3.2 - Termo de Referência.

1.7.3.3 - Caberá ao órgão participante a prática dos atos a seguir:

I - validar se o estudo técnico preliminar, encaminhado nos termos do subitem 1.6.4.1 atende a sua demanda;

II - caso o estudo técnico preliminar não seja compatível com suas necessidades, solicitar, no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento do convite, as alterações necessárias para sua participação; e

III - manifestar o interesse em participar, caso exista compatibilidade com o objeto a ser contratado, no prazo estipulado no subitem 1.6.3, informando:

a) a estimativa de consumo máxima para contratação dos itens de seu interesse;

b) o local de entrega ou execução;

c) a concordância com os itens de seu interesse a serem contratados e condições já estipuladas pela PMES

1.7.4 - Os atos previstos no subitem 1.6.4 deverão ser formalizados e aprovados pela autoridade competente do órgão participante.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.7.5 - Após decorrido o prazo para os órgãos manifestarem o interesse em participar da Ata de Registro de Preço (ARP), caberá à PMES:

- I - aceitar ou recusar, justificadamente, as alterações solicitadas pelos órgãos participantes, no prazo de até 03 (três) dias úteis;
- II - deliberar quanto à reabertura de prazo para inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da IRP; e
- III - consolidar as informações relativas à estimativa individual e total de consumo dos órgãos participantes, após encerrado o prazo de resposta ao convite da IRP.

1.7.6 - Caso haja alteração das condições iniciais estabelecidas durante a fase interna da contratação, a PMES deverá confirmar novamente junto aos órgãos participantes a sua concordância com os itens de seu interesse a serem contratados, inclusive quanto às estimativas de consumo e demais informações prestadas anteriormente.

1.7.7 - Nos termos do inciso VIII do art. 82 da Lei Federal 14.133, de 2021, é vedada a participação do órgão em mais de uma ARP com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tenha participado.

1.7.8 - Para efeitos do disposto no subitem 1.6.8, o órgão não poderá participar de IRP para o mesmo objeto contemplado em ARP vigente da qual seja partícipe e na qual possua saldo para contratação, ou em IRP diversa para a qual já tenha informado seu quantitativo.

1.7.9 - Excetuam-se da restrição de que trata o subitem 1.6.8 e o 1.6.9 os casos em que a vigência da ARP esteja próxima de seu término e/ou em que o saldo disponível não seja suficiente para atendimento da demanda do órgão, justificadamente.

1.7.9.1 - Compete exclusivamente ao órgão participante realizar o controle necessário para cumprimento do disposto neste subitem.

**1.8 - Adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)**

1.8.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- 1.8.2 - identificação da ARP de interesse;
- 1.8.3 - indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 1.8.4 - endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 1.8.5 - dados de contato do requerente;
- 1.8.6 - assinatura e identificação do subscritor; e
- 1.8.7 - outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.
- 1.9 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 1.10 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 1.11 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 1.12 - Limites para as adesões**
- 1.12.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 1.12.2 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



3.1 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Da Sustentabilidade**

4.1 - Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

##### **Da Subcontratação**

4.2 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Isto é, a contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

##### **Da Garantia de Execução**

4.3 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que tal garantia é discricionária e possui cabimento somente diante de objetos de comprovada complexidade e com riscos reais de inexecução.

##### **Dos dados complementares à proposta**

4.4 - **A proposta comercial, a ser enviada pelo licitante na forma do subitem 6.21.4 do Edital, deverá conter especificações técnicas, manual (as versões originais para o ano corrente ou a última versão), catálogo original do ano corrente, além dos demais documentos exigidos nos subitens [7.12.3](#)<sup>4</sup> e [4.15](#)<sup>5</sup> do Anexo I (Termo de Referência) e nos itens [3.2](#) e [3.3](#) do Anexo I-A.**

4.4.1 - **Na ausência da versão em língua portuguesa, será aceita a apresentação da versão em inglês.**

##### **Da exigência de amostras**

<sup>4</sup> Laudos técnicos solicitados, de acordo com as especificações previstas no Anexo I-A e no Anexo I-B, juntamente com a proposta comercial, para efeito de avaliação da qualidade do produto e da conformidade às especificações técnicas

<sup>5</sup> Será realizada avaliação técnica da proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar a fim de determinar se os certificados apresentados conferem ao produto ofertado a capacidade de satisfazer os requisitos conforme descrito em edital. A proposta que não possuir os certificados exigidos em edital será desclassificada. Caso atenda as certificações exigidas, passarão a ser avaliados os testes, atestados, laudos e certificações que estão descritos nos Anexos I-A, I-B e I-C.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.5 - Havendo o aceite da proposta, na fase de julgamento, quanto ao valor e demais documentos complementares, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, em razão da complexidade do objeto, deverá apresentar amostras para realização de testes, que terão data, local e horário informados pelo licitante<sup>6</sup> por mensagem no sistema eletrônico, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos em relação à data marcada para o início dos testes, facultada a presença de todos os demais fornecedores participantes do certame. A apresentação das amostras deverá ocorrer na sede da fabricante ou em laboratório contratado pela licitante, desde que esta possua condições para execução de todos os testes previstos no instrumento convocatório:

4.5.1 - A exigência de testes de amostras durante o processo licitatório para aquisição dos objetos deste Termo de Referência se justifica pela natureza técnica, operacional e estratégica do armamento empregado pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). O uso de armamento profissional e militar em operações policiais exige padrões elevados de qualidade, segurança e durabilidade, uma vez que falhas podem comprometer não apenas a eficiência das ações, mas também a integridade física dos policiais e da sociedade.

4.5.2 - É imprescindível que as armas adquiridas apresentem compatibilidade com os requisitos operacionais e atendam aos critérios de resistência ao desgaste, confiabilidade mecânica e ergonomia. Nesse sentido, a avaliação de amostras permite verificar, sob condições controladas e representativas do emprego real, características como:

4.5.2.1 - Desempenho balístico e precisão, fundamentais para evitar danos colaterais e garantir a eficácia na neutralização de ameaças.

4.5.2.2 - Robustez e resistência ao desgaste, assegurando que o armamento possa suportar o uso contínuo sem falhas prematuras ou perda de funcionalidade.

4.5.2.3 - Ergonomia e adequação operacional, considerando o manuseio seguro e eficaz pelos policiais em situações de alto estresse.

<sup>6</sup> A licitante vencedora provisória apresentará proposta de agenda e a Comissão de Testes, definida no Anexo I-G, confirmará formalmente a data/local/horário – ou sugerirá outra proposta de agenda, por meio do e-mail [dlog3.dlog@pm.es.gov.br](mailto:dlog3.dlog@pm.es.gov.br).



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.5.2.4 - Além disso, a análise de amostras garante que os equipamentos ofertados estejam em conformidade com as especificações técnicas previstas no edital, minimizando os riscos de aquisição do armamento que possa apresentar defeitos de fabricação ou desempenho abaixo do esperado.

4.5.3 - Acrescente-se que a prática de exigência de testes em amostras é amplamente adotada em licitações de bens de alta criticidade, sendo amparada pelo princípio da eficiência e da economicidade, previstos na Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, sua aplicação permite uma avaliação técnica e objetiva que assegura a aquisição de equipamentos de excelência, contribuindo de maneira direta para o exercício do direito fundamental de segurança pública e a preservação da vida.

4.5.4 - Por fim, a análise de amostras diminui significativamente a possibilidade de aquisição de itens de menor qualidade, prevenindo que experiências negativas ocorridas em aquisições anteriores de submetralhadoras se repitam. Em situações anteriores ocorridas no passado, equipamentos que não foram submetidos a testes práticos apresentaram falhas mecânicas, desgaste precoce e desempenho insuficiente, impactando diretamente a segurança dos policiais e a eficácia das operações. A verificação técnica por meio de amostras é, portanto, um meio essencial para assegurar que as armas contratadas cumpram integralmente os padrões exigidos pela PMES.

4.5.5 - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Das análise das amostras**

4.6 - Em virtude da natureza de uso restrito do produto controlado e, por conseguinte, das exigências de tráfego impostas pelo Exército Brasileiro, e com o propósito de imprimir celeridade e eficiência na testagem das amostras, é obrigação do licitante provisoriamente vencedor, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da ciência de sua classificação provisória em primeiro lugar, isto é, após aprovação da proposta e documentos complementares, pelo setor técnico, informar, por meio de mensagem no sistema, a data, o horário e o local propostos para a realização dos testes em sua sede

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



ou local indicado, bem como providenciar a logística necessária à realização das avaliações e suporte/custeio do deslocamento da Comissão de Testes<sup>7</sup>:

4.6.1 - Considerando a sessão pública nos casos de testes realizados na sede da fabricante, a empresa provisoriamente classificada deverá atentar para informações e manifestações por ela originadas, dentro do prazo regulamentar, sob pena de desclassificação no certame, uma vez que a Administração Pública confere publicidade aos atos, haja vista a faculdade da presença de outros representantes nesta fase;

4.6.2 - Em até 10 (dez) dias corridos o licitante deverá encaminhar pelo chat ou por mensagem para o endereço eletrônico [dlog3.dlog@pm.es.gov.br](mailto:dlog3.dlog@pm.es.gov.br) os documentos relacionados no subitem 3.2 e 3.3 do Anexo I-A.

4.6.3 - Todos os custos e ônus para a realização dos testes serão de inteira responsabilidade da licitante;

4.6.4 - As despesas de deslocamento, desembaraço para permanência temporária dos militares designados para comissão, transporte, estada e provimento serão custeadas pelo licitante;

4.6.5 - A Comissão de Testes será designada e obrigatoriamente composta por 4 (quatro) militares estaduais<sup>8</sup>, oriundos da equipe de planejamento e do setor requisitante, ou seja, da DLOG/3, com competência exclusiva para a validação dos resultados dos Testes de Amostra:

4.6.5.1 - Presidente: Chefe da DLOG/3;

4.6.5.2 - Secretário: Equipe Técnica da DLOG/3;

4.6.5.3 - Membro: Oficina de Armas/Equipe Técnica da DLOG/3;

4.6.5.4 - Membro: Oficina de Armas/Oficina de Armas da DLOG/3.

4.6.6 - É facultada a prorrogação dos prazos estabelecidos acima, a partir de solicitação fundamentada, antes do fim do prazo.

4.6.7 - A fabricante deverá possuir condições técnicas e logísticas para a execução de todos os testes previstos, incluindo os seguintes equipamentos: paquímetro, mesa de

<sup>7</sup> A designação e a composição da Comissão encontram-se previstas no subitem 7.9.

<sup>8</sup> A delegação poderá ser integrada pela Comissão de Testes e pelo Agente de Contratação, na hipótese de ser exercido o disposto no subitem 6.2.3 do Anexo I-G.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



desempeno, traçador de altura, bloco prismático, balança digital, dispositivo para o ensaio de queda, dinamômetro, cronógrafo, trena, câmara termográfica ou termômetro a laser e estativa tipo tipo - *Ransom Rest® (Ransom International Corporation)* ou equipamento de estabilização equivalente ou superior, capaz de garantir a repetibilidade do teste de precisão;

4.7 - Os testes serão realizados em sessão pública, em que será facultado aos representantes de cada licitante participante do certame, o acompanhamento de todos os testes, sendo ônus de despesas pessoais, exclusivos dos interessados;

4.8 - A escolha anunciada pela empresa para realização dos testes (sede da fabricante ou laboratório) não irá alterar o rito e as definições previstas neste Termo de Referência, seja cronogramas, procedimentos ou normas;

4.8.1 - Caso a fabricante disponha de laboratório próprio localizado em endereço diverso de sua sede, tal instalação também poderá ser indicada para a realização dos testes, desde que atendidas integralmente as condições e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.9 - Considerando o caráter público da sessão, nos casos de testes realizados na sede da fabricante, a empresa provisoriamente classificada deverá atentar para as informações e manifestações por ela originadas, dentro do prazo regulamentar, sob pena de desclassificação do certame, uma vez que a Administração Pública confere publicidade aos atos, haja vista a faculdade da presença de outros representantes nesta fase;

4.10 - Todos os custos e ônus para a realização dos testes serão de inteira responsabilidade da licitante, além de fornecer as munições nas quantidades e nos padrões estipulados neste termo de referência, equipamentos, armamentos, acessórios e recursos humanos para auxílio na execução dos testes;

4.11 - O direito de interpor e exercitar o contraditório e a ampla defesa frente ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação será assegurado, devendo ser realizado no momento da fase recursal, conforme previsto em instrumento convocatório;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.12 - Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pelo ÓRGÃO/ENTIDADE, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado e/ou analisado o produto, além da análise de prospecto ou catálogo de material;

4.13 - O resultado conclusivo dos pareceres da área técnica serão divulgados a todos os licitantes via “chat” na Seção de Pregão;

4.14 - Os Pareceres da área técnica, contendo o resultado da avaliação técnica das amostras, serão divulgados a todos os licitantes no chat do pregão, bem como no quadro de avisos do Portal de Compras.

**1 - Dos testes realizados nas amostras**

4.15 - Inicialmente será realizada avaliação técnica da proposta da empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar a fim de determinar se os certificados apresentados conferem ao produto ofertado a capacidade de satisfazer os requisitos conforme descrito em edital. A proposta que não possuir os certificados exigidos em edital será desclassificada. Caso atenda as certificações exigidas, passarão a ser avaliados os testes, atestados, laudos e certificações que estão descritos nos Anexos I-A, I-B e I-C, conforme subitem 4.6.2.

4.16 - Os testes a serem realizados pela fabricante e acompanhados exclusivamente pela Comissão de Testes do subitem 4.6.5 (Anexo I-G) estão pormenorizados nos Anexos I-I e I-J.

**5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

5.1 - O prazo de entrega dos bens é de 180 (cento e oitenta) dias, contados do(a) nota de empenho, em remessa única.

5.2 - Do prazo constante no item anterior, será descontado:

5.3 - O período em que não tiver sido emitida a autorização de compra pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) do Exército Brasileiro, bem como as demais etapas protocolares relativas à autorização.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.4 - O período necessário para emissão das licenças e expedientes pelos órgãos ou agências reguladoras do país de origem correlacionados aos documentos e trâmites necessários para exportação.

5.5 - Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6 - Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Diretoria de Logística da Polícia Militar do Espírito Santo, localizada na Avenida Maruípe, nº 2111 – São Cristóvão – Vitória/ES – CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio.

5.7 - Para o caso dos pedidos realizados pelos partícipes do presente instrumento, os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.8 - Polícia Civil do Espírito Santo (PCES):

5.8.1 - Endereço: Avenida Nossa Senhora da Penha, 2290 - Santa Luiza, CEP: 29045-402 - Vitória / ES, Telefone: (27) 3198-5914.

5.9 - Polícia Penal do Espírito Santo (PPES) - Divisão de Armamento Materiais e Equipamentos (DAME):

5.9.1 - Endereço: Rodovia BR 262, KM 19, Complexo Penitenciário de Viana – Bairro Cabral – Viana – ES, CEP: 29.135-000.

5.10 - Polícia Técnico-Científica do Espírito Santo (PCIES):

5.10.1 - Endereço: Avenida Nossa Sra. da Penha, 2.290 - Santa Luiza, CEP: 29.045-402 - Vitória / ES.

5.11 - Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo (SESP):

5.11.1 - Endereço: Avenida Maruípe, nº 2111 – São Cristóvão – Vitória/ES – CEP 29.048-463, mediante agendamento prévio, quando se tratar de aquisição que use da dotação de material bélico da PMES, ou Avenida Nossa Senhora da Penha, 2290 - Santa Luiza, CEP: 29045-402 - Vitória / ES, Telefone: (27) 3198-5914, quando se tratar de aquisição que use da dotação de material bélico da PCES ou PCIES, ou quando se tratar de aquisição que use de dotação do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



(CBMES), na Rua Tenente Mário Francisco de Brito, 100, Enseada do Suá, CEP: 29050-555 - Vitória/ES<sup>9</sup>.

**Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

5.12 - O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.13 - Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.14 - A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.14.1 - O fornecedor deverá ofertar, às suas exclusivas expensas, curso de habilitação para armeiros e o conjunto de ferramentas definitivas necessárias para a manutenção e reparo de primeiro e segundo escalão do armamento a ser adquirido.

5.14.2 - O curso de habilitação e o conjunto de ferramentas definitivas deverão ser entregues e o treinamento executado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data do recebimento provisório do primeiro lote do objeto.

5.15 - A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.16 - Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.17 - As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem

<sup>9</sup> Quando se tratar de aquisição de outros órgão que não estejam previstos no subitem 5.9.1, então a entrega será feita no endereço da sede da SESP ou no local indicado pelo órgão cuja dotação de material bélico junto ao Exército Brasileiro foi utilizada.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.18 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.19 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.20 - Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.21 - Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.21.1 - O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.22 - No caso de empresa internacional, o fornecedor deverá prover 3% do total dos produtos adquiridos para que sejam armazenados pela Contratante visando a substituição imediata dos itens que possam apresentar falhas, sendo que, caso ocorram defeitos em algum equipamento durante a vigência da garantia, a Contratada deverá adotar as providências pertinentes.

5.23 - A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### **Da Embalagem**

5.24 - Os materiais deverão ser entregues à Polícia Militar do Espírito Santo em caixas individuais de transporte, feitas em material rígido e de qualidade, preferencialmente reciclável, com etiqueta adesiva externa em tinta indelével e resistente à abrasão, de fácil e rápida visualização, contendo os dados de destinação (PMES), identificação sequencial numérica do produto, com a data de fabricação e dados do fabricante, permitindo a proteção ao material contra ação de agentes externos que possam causar-lhe danos.

5.25 - Deverá ainda estar contido em cada caixa um manual ou cartão com informações de uso e conservação do material, em língua pátria, no formato de livreto confeccionado com papel de qualidade e resistente.

5.26 - Da responsabilidade da contratada

5.27 - É dever da contratada:

5.27.1 - Os produtos deverão ser novos, assim considerados de primeiro uso, e que estejam atualmente em produção pelo fabricante.

5.27.2 - A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais que vierem a ser recusados, ficando ciente de que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

5.27.3 - O fornecedor será o responsável pelas despesas com todos e quaisquer impostos, bem como transporte, armazenamento em geral e movimentação da carga, até a entrega no depósito da PMES.

5.27.4 - Para fornecimento internacional, a entrega ocorrerá nos locais definidos no tópico “condições de entrega” do item 5.

5.27.4.1 - Caberá à contratada o desembaraço aduaneiro e o transporte até local, conforme Incoterm *Delivered Duty Paid* (definido no edital/contrato).

5.27.5 - Havendo necessidade legal ou operacional de desembarque dos equipamentos em outro aeroporto brasileiro, caberá à Contratada o ônus financeiro e administrativo decorrente visando providenciar a remessa dos produtos adquiridos ao Aeroporto de Vitória-ES.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.27.6 - Havendo a importação, o pagamento deverá ser feito por meio de carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da Contratada, devendo tais valores serem previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada.

5.27.7 - Caso, no decorrer da vigência da ata, a empresa contratada adote melhorias técnicas nos equipamentos, os novos fornecimentos deverão ser contemplados com essas melhorias, sem qualquer custo adicional.

## **6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 - Além do disposto acima, a gestão e fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.5.1 - Solicitar ao órgão competente a aplicação das sanções previstas em lei, caso a Contratada descumpra o contrato ou não procure sanar os erros cometidos quando for acionada;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



6.5.2 - Sugerir o cancelamento do contrato, caso existam vícios de ilegalidade ou não exista mais interesse da Administração Pública;

6.5.3 - Prover a Contratada das informações que solicitar;

6.5.4 - Acompanhar a entrega do objeto, assim como a sua distribuição, verificando se as quantidades atendem à necessidade da Corporação;

6.5.5 - Solicitar, em caso de interesse da Administração Pública, a celebração de aditivo ou a supressão do quantitativo do contrato até o percentual previsto em lei;

6.5.6 - Outras atribuições previstas em lei.

6.6 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Estadual nº 5.545-R/2021 e demais condições previstas para a contratação.

## **7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Do Recebimento**

7.1 - Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.

7.2 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.

7.4 - Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



7.5 - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.6 - Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

7.7 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.8 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9 - O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.10 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.11 - O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.

7.12 - A cada 500 (quinhentas) unidades, de ordens de fornecimentos únicas ou cumulativas, do quantitativo previsto para PMES, na tabela do subitem 1.1 do Termo de referência, que forem contratadas pela PMES ou na forma dotação<sup>10</sup> legal do Exército Brasileiro que se define para a PMES, por meio de Órgão Participante, a Comissão de

<sup>10</sup> Portaria - C Ex Nº 394 - Aces Rto, de 24 de julho de 2024, que aprova as normas e tabelas de dotação de Produtos Controlados pelo Exército, de uso restrito, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares e dá outras providências



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



Gestão Patrimonial (CGP) da DLOG/3<sup>11</sup>, composta por 4 (quatro) militares estaduais, publicada anualmente, procederá com o recebimento provisório e entrega técnica do material<sup>12</sup>, na sede da fabril da contratada, conforme §4º do Art. 140 da Lei n.º 14.133, confeccionando-se relatório que avalie os itens .

7.12.1 - A fim de viabilizar o recebimento provisório e a entrega técnica na sede fabril da contratada, esta deverá providenciar integralmente as condições necessárias à execução da atividade pela comissão designada, incluindo logística, estada e provimento da equipe, sem ônus para a Administração.

7.12.2 - Permanecem igualmente a cargo da contratada os custos de ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, nos termos do art. 140, §4º, da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição expressa em sentido diverso no edital ou no contrato.

7.12.3 - O recebimento deverá observar a forma definida nos Anexos I-H, I-I e I-J.

**Dos critérios de aceitação do objeto**

7.12.4 - Considerando as particularidades do objeto deste Termo de Referência, de acordo com o Anexo I-A, a empresa arrematante deverá encaminhar os laudos técnicos solicitados, de acordo com as especificações previstas no Anexo I-B e no Anexo I-C, juntamente com a proposta comercial, para efeito de avaliação da qualidade do produto e da conformidade às especificações técnicas.

7.12.5 - A Comissão Técnica instituída pela PMES com a finalidade de verificar a conformidade do produto ofertado com a descrição e as especificações constantes deste Termo de Referência avaliará as especificações dos itens conforme as informações enviadas pelo licitante.

7.12.6 - Havendo qualquer desconformidade em relação às especificações, a Comissão Técnica comunicará ao Pregoeiro, com a finalidade de serem tomadas as providências legais decorrentes, previstas na legislação em vigor.

<sup>11</sup> A CGP da DLOG/3 que está vigente para o ano de 2025 foi publicada no BGPM nº 034 de 21.08.2025.

<sup>12</sup> O Manual de Administração Patrimonial de Bens Móveis, aprovado pela Portaria n.º 1107, de 25.08.2023, publicado no BGPM n.º 036, de 31.08.2023, estabelece no item 2 a competência para a Comissão de Gestão Patrimonial (CGP) realizar o recebimento provisório de materiais adquiridos “cujo processo teve origem na OME” e define no item 5, Recebimento e Aceitação, que “caso a entrega ocorra em local diverso do DMPM, o recebimento poderá ser efetuado pela Comissão de Gestão Patrimonial da OME, na posse de documento hábil para tanto”.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



7.12.7 - As despesas decorrentes da verificação prévia correrão por conta da empresa contratada.

**Nota Fiscal**

7.13 - Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.13.1 - o prazo de validade;
- 7.13.2 - a data da emissão;
- 7.13.3 - os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.13.4 - o período respectivo de execução do contrato;
- 7.13.5 - o valor a pagar; e
- 7.13.6 - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14 - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15 - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.16 - O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

**Do Prazo de Pagamento**

7.17 - O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.

7.18 - Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



7.19 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

7.20 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

7.21 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

7.22 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

#### **Da Forma de Pagamento**

7.23 - O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24 - Havendo importação, o pagamento deverá ser feito por carta de crédito, emitida pela PMES por meio do sistema bancário, conforme as regras em vigor. Todos e quaisquer valores referentes à emissão da carta de crédito, incluindo eventuais prorrogações de prazo, se for o caso, serão de responsabilidade da contratada, devendo tais valores serem previstos e devidamente detalhados junto à proposta comercial apresentada.

7.25 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



7.27 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 - O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2 - A justificativa para adoção do referido critério ocorreu tendo em vista ser obrigatoriamente adotado na modalidade pregão.

### **Da Forma de Fornecimento**

8.3 - O fornecimento do objeto será integral.

8.4 - A justificativa para adoção da referida forma se encontra na necessidade de possuir a solução em estoque para uso imediato em treinamentos e no serviço operacional, bem como em razão da capacidade de estoque.

### **Das Exigências de Habilitação**

8.5 - Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar os requisitos descritos no Anexo I-A deste Termo de Referência.

### **8.6 - JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.6.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



público ou privado, que comprove que a empresa possui condição técnica suficiente para executar e se responsabilizar pelo objeto a ser contratado.

8.6.2 - Comprovação de aptidão econômica para cumprir as obrigações decorrentes do contrato que será firmado.

## **9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 - O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, conforme se infere da Análise Crítica de Preços.

9.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.3 - Conforme rege o art. 8º do Decreto Estadual n.º 5354-R/2023, no inciso II, o proponente deverá, no momento da oferta da proposta, fazê-la de forma a abarcar a integralidade do quantitativo máximo previsto para a contratação.

## **10 - DOS PREÇOS**

### **Equalização de preços**

10.1 - Em observância ao disposto no art. 52, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, nos princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (arts. 5º, 11 e 12 da mesma lei), bem como aos entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas da União nos Acórdãos nº 2.238/2013 e nº 1.866/2015, as propostas de preço apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão ser acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

10.2 - O licitante poderá apresentar sua proposta em Real, Euro ou Dólar Americano, contudo, para cadastramento no sistema Compras.gov.br, é necessário informar o valor em Real.

10.3 - Para cadastramento no sistema eletrônico Compras.gov.br, os valores propostos em moeda estrangeira (Euro ou Dólar Americano) deverão ser convertidos em moeda

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



Brasileira (Real - R\$) à taxa de câmbio PTAX de venda 3 no fechamento de (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>) de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.4 - As propostas de preço (Anexo I-E e Anexo I-F do Termo de Referência), apresentadas por licitantes estrangeiros ou seus respectivos representantes, somente para fins de julgamento, deverão estar equalizadas, isto é, estar acrescidas dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda.

10.5 - Serão considerados gravames, para efeito de comparação das propostas, conforme previsto no art. 52, § 4º da Lei nº 14.133 /21, no que se aplicar, os percentuais correspondentes ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), PIS e COFINS.

10.6 - Para licitantes estrangeiros ou brasileiros que ofertarem equipamentos importados, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário equalizado, conforme valor de "K" do **Anexo I-E** do Termo de Referência.

10.7 - Para licitantes estabelecidos no Brasil que ofertarem equipamentos nacionais, o cadastramento das propostas e lances no sistema eletrônico Compras.gov.br deverá considerar o valor unitário, conforme valor de "H" do **Anexo I-D** do Termo de Referência.

10.8 - O Termo Internacional de Comércio - INCOTERM a ser adotado será o DDP - *Delivered Duty Paid* (Entregue com os impostos pagos, até o local determinado) ou, DPU - *Delivered At Place Unloaded* (Entregue no Local Desembarcado) em caso de inviabilidade de INCOTERM DDP.

10.9 - As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com os modelos disponíveis nos anexos do Termo de Referência.

## **11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 - Por se tratar de aquisição sob o sistema de registro de preços, a indicação da classificação ou da dotação orçamentária, bem como a comprovação de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando cabível, só serão providenciadas para a formalização do contrato ou documento equivalente.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**12 - DAS PESSOAS JURÍDICAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO**

12.1 - Nos termos do Art. 15 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em relação ao processo de aquisição em referência, a vedação de disputa de pessoas jurídicas reunidas em consórcio se dá em virtude do valor da contratação, a complexidade do objeto e o ramo de mercado, com capacidade de atender a demanda apresentada.

Vitória/ES, 5 de fevereiro de 2026.

**Major QOC PM Vinícius Muzi Rios – Equipe Técnica**  
**(assinado eletronicamente)**

**2º Sgt QPMP-C PM Héber Porto Valverde – Equipe Técnica**  
**(assinado eletronicamente)**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



## ANEXO I-A - REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 - **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.2 - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.3 - **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.4 - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.5 - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.6 - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

---

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.7 - **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.8 - **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.9 - **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

1.10 - **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.11 - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

2.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.2.1 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.2.2 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

2.3 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

2.4 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado);

2.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante;

2.6 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante certidão expedida pela Caixa Econômica Federal;

2.7 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

2.8 - Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

2.9 - Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.9.1 -A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

2.9.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.9.3 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

2.9.4 - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

2.9.5 - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

2.9.6 - O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

2.9.7 - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### 3 - HABILITAÇÃO TÉCNICA

3.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

3.1.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

DESCRIÇÃO DOS BENS <u>OU</u> SERVIÇOS	QUANTITATIVO MÍNIMO <sup>13</sup>
Submetralhadora, cal. 9X19mm.	1.250
Submetralhadora, cal. 9x19mm, com acessórios.	1.250
Carabina modular 5,56X45mm NATO multi-calibre para 9x19 mm e 300 blackout - com acessórios	500

(a) Para comprovar a confiabilidade e a segurança dos equipamentos ofertados, sem prejuízo dos quantitativos mínimos estabelecidos no quadro acima, cabe à empresa fornecedora apresentar no mínimo 2 (dois) atestados, emitidos por órgãos policiais e/ou militares do Brasil ou do exterior, que atestem o fornecimento e a utilização satisfatória dos mesmos equipamentos, sem registro de recall, substituição em larga escala ou falhas graves de segurança não sanadas.

(b) Se estrangeiro, o certificado para fim de qualificação técnica deverá ser encaminhado com tradução simples, inicialmente.

(c) O certificado para fim de qualificação técnica deverá ser acompanhado dos contatos atualizados (telefone, e-mail, endereço) da instituição que o emitir para que a PMES, de acordo com sua conveniência, possa se certificar das atuais condições de

<sup>13</sup> O art. 67, § 2º, da Lei 14.133/2021 estabelece que será admitida a exigência de quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo. Portanto, não deve a Administração exceder esses quantitativos. Sempre que possível, é recomendável indicar expressamente o número de unidades.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



funcionamento do produto indicado, visando apurar o bom funcionamento do equipamento ofertado e o afastamento de qualquer problema técnico.

3.1.2 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de fornecimentos executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

3.1.3 - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

3.1.4 - Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, observar-se-á o disposto no art. 67, §§ 10 e 11, da Lei 14.133/2021.

3.1.5 - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

#### **4 - Avaliação da Conformidade e Qualidade Regulatória**

4.1 - Para verificação dos padrões de qualidade técnica dos produtos, aplicados no processo fabril das armas que serão fornecidas, será exigida, na análise prévia documental das amostras, a apresentação dos seguintes documentos:

4.1.1 - Devido a natureza do(s) objeto(s) deste Termo, especificamente em razão de sua classificação como Produto Controlado pelo Exército (PCE), conforme Portaria nº 118 – COLOG, de 04.10.2019, e de Uso Restrito, na forma do inciso VII, §2º, art. 15 do Decreto nº 10.030, de 30.09.2019, a empresa licitante melhor classificada durante o certame deverá apresentar, juntamente com a proposta, quando couber, na fase de habilitação;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.1.2 - Certificado de Conformidade emitido por um Organismo de Avaliação de Conformidade (OAC), designado pelo Comando do Exército, que seja acreditado pelo Inmetro ou por órgão de acreditação signatário de acordos de reconhecimento mútuo de cooperações regionais ou internacionais dos quais o Inmetro seja signatário, conforme previsto no Art. 18, do Decreto n.º 10.030/2019, e na forma da Portaria nº 189-EME, de 18 de agosto de 2020; e

4.1.3 - Certificado emitido pelo Centro de Avaliação do Exército Brasileiro (CAEx) para o material ofertado, bem como o correspondente Título de Registro (TR) ou Certificado de Registro (CR), na forma da Portaria n.º 056 - COLOG, de 05.06.2007.

4.1.4 - Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou ainda por laboratório(s) acreditado(s) internacionalmente, que atestem que o armamento cumpre os requisitos previstos quanto a vida útil do cano;

4.1.5 - Para verificação da regularidade de comercialização e operacionalidade do armamento será exigida, visando afastar projetos sem a devida maturidade de funcionalidade, segurança, confiabilidade, resistência, robustez, durabilidade, manutenção, a empresa proponente deverá apresentar para cada lote ofertado, a documentação de homologação e/ou aprovação do projeto do armamento (NEB/T E-267A, NIJ Standard 0112.03 ou similares, conforme o país);

## **5 - Certificações Mínimas de Aderência**

5.1 - Considerando que a norma do Exército Brasileiro NEB/T E-267A, fixa somente as características e as condições mínimas exigíveis para aprovação pelo Exército Brasileiro dos protótipos de arma de porte destinada ao comércio, fica evidenciada a necessidade de exigência de certificações adicionais que tem o propósito de estabelecer condições mínimas de confiabilidade do armamento de emprego policial ou militar, cujos requisitos são muito mais severos que os de emprego convencional. Assim, o proponente deverá apresentar, para cada modelo ofertado, ao menos uma das seguintes certificações de qualidade:

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.1.1 - Para o calibre 9x19 mm a Norma OTAN - AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;

5.1.1.1 - Para o calibre 9x19 mm, também será aceita a certificação de qualidade Norma *Erprobung richtlinien* (ER) *Zur Technischen Richtlinie* (TR) *Pistolen in Kaliber* 9x19 mm – 2008 - Diretriz Técnica de Pistolas de Calibre 9x19mm, do Instituto Técnico Policial (PTI), da Escola Superior de Polícia Alemã – DHPol), sendo esta exclusiva para os calibres 9x19mm;

5.1.2 - A critério da Administração serão aceitas certificações em testes com condições superiores ao previsto nas normas apontadas acima;

5.1.3 - Para empresa nacional, comprovação de que o produto ofertado está aprovado e cumpre os requisitos de desempenho e segurança, autorizando sua fabricação e comercialização;

5.1.4 - Para empresa estrangeira, similar a comprovação supracitada, por meio de documento emitido por banco de prova ou órgão oficial;

5.1.5 - Em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar documento comprobatório da autorização de fabricação e comercialização, emitidas há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, do armamento de mesma marca e modelo do objeto licitado, podendo ser em diferente calibre.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

5.2 - Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato

### **6 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

6.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples ou de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



6.2 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para as demais pessoas jurídicas;

6.3 - Caso a licitante se encontre em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar da licitação, além de cumprir todos os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital.

6.4 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

6.4.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um):

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC) + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (RLP)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL (AT)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC) + PASSIVO NÃO CIRCULANTE (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE (AC)}{PASSIVO CIRCULANTE (PC)}$$

6.4.2 - Quando qualquer dos índices for igual ou inferior a 1 (um), poderá o licitante atender ao requisito de habilitação demonstrando patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.5 - Os documentos referidos acima (BP e DRE) serão os já exigíveis na forma da lei, com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD) ao SPED ou, se a empresa não estiver obrigada ao SPED, observando a data de exigibilidade do art. 1.078, I, do Código Civil.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



6.6 - Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante, demonstrando o atendimento dos índices e coeficientes para cada exercício a que se referem as demonstrações contábeis, bem como demonstrando o patrimônio líquido mínimo exigido no último exercício.

6.7 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

6.8 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.9 - No caso de consórcio, se admitida a sua participação no edital, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos neste Edital.

## **7 - EMPRESAS ESTRANGEIRAS QUE NÃO FUNCIONEM NO PAÍS**

7.1 - Para fins de habilitação, as empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos para empresas nacionais, inicialmente em tradução livre.

7.2 - Para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os referidos documentos deverão ser traduzidos por tradutor público juramentado no País e apostilados ou consularizados, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.3 - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora, conforme art. 67, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4 - As empresas estrangeiras deverão apresentar documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos em seus países de origem e que correspondam aos exigidos para





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



as empresas brasileiras, equivalência essa que deverá ser declarada pela própria empresa estrangeira.

7.5 - As empresas estrangeiras que não puderem apresentar, para participação no certame, a documentação exigida neste Termo de Referência, por inexistência de instrumento equivalente ou por força de legislação específica de país de origem da licitante, deverão apresentar declaração, conforme **Anexo I-F**. Para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, poderá a Administração solicitar que tal declaração, quanto à inexistência ou vedação da apresentação da documentação equivalente por força de legislação ou determinação interna do país de origem, seja autenticada pelo respectivo consulado em português (brasileiro), traduzida por tradutor juramentado no Brasil.

## **8 - DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1 - Não será admitido o simples envio de documentação genérica (catálogos, manuais, folhetos etc.) sem o devido apontamento do local exato que comprova cada requisito. Documentos sem referência objetiva poderão ser desconsiderados na análise.

8.2 - Formato dos arquivos. Os arquivos deverão ser enviados em PDF pesquisável (OCR), com sumário/marcadores (*bookmarks*) e, quando possível, hiperlinks internos que direcionam à página/trecho referenciado.

8.3 - O ônus de demonstrar o atendimento aos requisitos é exclusivo do arrematante. A ausência de comprovação objetiva (ou a indicação incorreta/incompleta) implicará a não aceitação do requisito correspondente e poderá ensejar a desclassificação da proposta por não atendimento às especificações técnicas, conforme disposto no edital.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**ANEXO I-B - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1. Grupo 1: Item 1 - Submetralhadora, cal. 9×19 mm, sem acessórios**

**1.1. Armamento**

1.1.1. Armamento do tipo Submetralhadora, calibre 9x19mm Luger, destinado ao uso operacional da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), visando dotar a Corporação com armamento moderno, eficiente, seguro e adequado ao serviço de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.

**1.2. Características Gerais**

1.2.1. Arma de fogo do tipo Submetralhadora;

1.2.2. Portátil;

1.2.3. Calibre 9x19mm Luger;

1.2.4. Em conformidade com a norma NATO (OTAN) AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;

1.2.5. Apta ao uso de munições nacionais e importadas dentro do calibre especificado, que atendam, no mínimo, às normas SAAMI Z299.3-2015 (pressão e velocidade para pistolas de fogo central), CIP e NATO.

**1.3. Características Específicas**

**1.3.1. Seletor de disparos**

1.3.1.1. Ambidestro, permitindo o controle da arma por qualquer operador;

1.3.1.2. O seletor entre as posições de arma travada e semiautomático deverá ser suficientemente próximo para permitir a seleção de forma natural e rápida, sem perda da empunhadura, e possibilitar fácil identificação dos diferentes modos de disparo. A passagem do modo semiautomático para o automático deve demandar ação muscular específica que impeça acionamento acidental;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.3.1.3. O seletor de disparos deve possuir curso seguro, com estágios claramente definidos e perceptíveis, de modo a evitar acionamentos acidentais ou transições involuntárias entre os regimes de funcionamento, garantindo controle consciente do operador, ergonomia adequada e segurança operacional durante o manuseio e o emprego da arma.

### **1.3.2. Cano**

1.3.2.1. Comprimento entre 7” (177,8 mm) e 8” (203,2 mm);

1.3.2.2. Deve permitir uso com e sem supressor de ruído, de rápida e fácil instalação pelo próprio operador, sem necessidade de ferramentas, por conexão/rosqueamento compatível;

1.3.2.3. Martelado a frio ou solução equivalente ou superior, com vida útil mínima do cano de 20.000 (vinte mil) disparos, comprovados conforme método da OTAN descrito na Norma AC/225 (LG/3-SG/1) D/14.

### **1.4. Caixa de mecanismo**

1.4.1. Empunhadura integral à caixa de disparos (lower receiver) ou, se fixada de outra forma, não poderá se soltar durante os testes ou o processo de avaliação previsto na AC/225 D/14;

1.4.2. Qualquer material utilizado deverá possuir alta resistência à abrasão, a agentes químicos e/ou minerais, bem como às demais condições adversas, intempéries e protocolos de testes com raios ultravioleta (UV), com superfície endurecida a Tenifer® e/ou produto similar de qualidade comprovadamente superior e capaz de suportar os testes das normas propostas;

1.4.3. Em caso de uso de polímero de alta resistência, este deverá resistir a todos os testes definidos neste Termo de Referência e nas normas referenciadas;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



1.4.4. Guarda-mato com dimensões que permitam a operação da arma por operador com luvas, sem comprometer a eficiência e a eficácia do disparo;

1.4.5. Trilhos padrão Picatinny (MIL-STD-1913 e STANAG 4694) para acoplagem de acessórios, nas posições: superior, lateral direita, lateral esquerda e inferior (abaixo do cano);

1.4.6. Coronha rebatível/dobrável, com o mínimo de 3 (três) posições de ajuste de comprimento, com superfície antiderrapante; o armamento deve operar em plenitude, sem limitações, quando com a coronha rebatida;

1.4.7. Acabamento de primeira linha, sem sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais que evidenciam falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos usuários e falhas de funcionamento e de procedimento.

## **1.5. Dimensões**

1.5.1. Comprimento total da arma:

1.5.1.1. Com coronha rebatida: entre 350 (trezentos e cinquenta) mm e 660 (seiscentos e sessenta) mm;

1.5.1.2. Com coronha estendida: entre 590 (quinhentos e noventa) mm e 705 (setecentos e cinco) mm;

1.5.2. Altura total da arma entre 180 (cento e oitenta) mm e 330 (trezentos e trinta) mm, medidos da base do carregador original acoplado à arma até o final do trilho de acoplagem de equipamentos (padrão Picatinny);

1.5.3. Largura do armamento entre 50 (cinquenta) mm e 75 (setenta e cinco) mm;

1.5.4. Peso do armamento, sem carregador e descarregado, entre 2.500 (dois mil e quinhentos) g e 2.800 (dois mil e oitocentos) g.

## **1.6. Operação**

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.6.1. Cadência de disparos entre 900 (novecentos) e 1.200 (mil e duzentos) disparos por minuto;

1.6.2. Peso do gatilho (*trigger pull*) entre 8 (oito) e 12 (doze) lbf;

1.6.3. Sistema de funcionamento por *blowback*;

1.6.4. Retém do carregador e seletor de tiro ambidestros;

1.6.5. Alavanca de manejo (alavanca do ferrolho) ambidestra ou reversível.

### **1.7. Sistema de miras mecânicas**

1.7.1. Sistema de mira mecânica com trítio ou similar de igual e comprovada eficiência;

1.7.2. Produzidas de modo que a fonte luminosa ofereça, pelo menos, 10 (dez) anos de iluminação utilizável;

1.7.3. Conjunto composto por massa e alça independentes, alinhados e precisos, compatíveis entre si;

1.7.4. Reguláveis em elevação e deflexão;

1.7.5. Construídas de polímero ou material equivalente com as mesmas características de resistência;

1.7.6. Totalmente não refletivas;

1.7.7. Rebatíveis ou dobráveis; não é permitida mira mecânica fixa.

### **1.8. Sistema de apoio de punho**

1.8.1. Sistema de punho acoplável em trilho Picatinny (MIL-STD-1913);

1.8.2. Confeccionado em material sintético (polímero);

1.8.3. Ajustável e acoplável pelo próprio operador;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.8.4. Admitido similar de qualidade superior.

### **1.9. Bandoleira tática**

1.9.1. Desenho ambidestro de dois pontos, versátil, otimizada para melhorar a estabilidade e a gestão do recuo pelo operador, resultando em maior precisão, incorporando funções essenciais para uso tático;

1.9.2. Deve possibilitar configuração/conversão para um ponto;

1.9.3. Deve permitir o transporte e a fixação da arma em diferentes posições durante o deslocamento do operador, prendendo-se, na primeira extremidade, ao zarelho fixado à arma e, na segunda, ao zarelho da caixa da culatra ou da coronha, podendo ser utilizada em diferentes configurações, com fivelas que facilitem a remoção sem necessidade de desmontar o sistema e o ajuste em condições adversas;

1.9.4. Extra-longa e robusta, confeccionada com fita de pelo menos 30 (trinta) mm de largura, com todas as costuras reforçadas nas áreas críticas, admitindo-se similar de qualidade superior;

1.9.5. Mosquetões e fivelas confeccionados em aço ou em material sintético de resistência similar, comprovada.

### **1.10. Carregador**

1.10.1. Capacidade mínima para 30 (trinta) cartuchos, sem qualquer tipo de prolongador;

1.10.2. Do tipo cofre;

1.10.3. Bifilar;

1.10.4. Produzido em polímero, destituído de peças de fácil soltura (inclusive quando arremessado ao solo, vazio ou carregado);





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.10.5. Deve possibilitar a visualização da quantidade de munições, total ou parcial, sem comprometer uso e conforto quando acoplado à arma;

1.10.6. Mesa transportadora com coloração de alerta internacional (laranja ou vermelha);

1.10.7. Acabamento externo em polímero, resistente à abrasão, a agentes químicos e minerais, e às demais condições adversas e intempéries constantes das normas requeridas (NATO-OTAN AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;

1.10.8. Base do carregador em polímero de alta resistência comprovada, com desenho que acompanhe a face posterior do carregador, firmemente fixada ao corpo;

1.10.9. Cada arma deverá ser acompanhada de 05 (cinco) carregadores.

#### **1.11. Retém do carregador**

1.11.1. Obrigatoriamente ambidestro, recartilhado ou texturizado, posicionado de forma a não interferir na empunhadura, localizado na armação, na área de junção do guarda-mato com a empunhadura (punho), e que não favoreça acionamento acidental ou involuntário durante o uso;

1.11.2. Ativado por pressão no sentido lateral ou frontal pelo polegar ou dedo do operador;

1.11.3. Projetado para permitir liberação positiva do carregador com força mínima de 4 (quatro) lbf;

1.11.4. Quando acionado, conforme os subitens anteriores, o carregador deverá cair livremente apenas pela ação da gravidade, estando vazio ou municiado.

#### **1.12. Kit de limpeza**

1.12.1. Material básico de limpeza, incluindo óleo lubrificante, solvente de cobre, solvente de pólvora, flanelas e escovas de latão, aço, nylon e algodão, acopláveis à vareta.

#### **1.13. Kit de entrega (Case)**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.13.1. As armas devem ser entregues em maleta (case) de polímero de alta resistência que permita travamento e proteção contra impactos e atritos, contendo:

1.13.1.1. 01 (um) manual em português pátrio, com informações de manuseio, conservação, manutenção, limites de uso para ocorrência de limpeza e cuidados relativos à operação do material;

1.13.1.2. Tabela indicativa de manutenção para as peças que compõem o armamento, contendo o período de revisão/substituição de cada peça versus a quantidade de disparos a que o armamento for submetido.

**1.14. Conjunto de reposição imediata**

1.14.1. Para mitigar o tempo de inoperância decorrente de manutenções por eventuais danos, deverão ser entregues, no percentual de 5% (cinco por cento) do total de armas adquiridas, as seguintes peças para reposição imediata:

1.14.1.1. Conjunto do percussor (todas as peças que o compõem, caso não seja peça única);

1.14.1.2. Trava do percussor e mola;

1.14.1.3. Extrator;

1.14.1.4. Ejetor;

1.14.1.5. Todas as teclas externas (retém do carregador, retém do ferrolho, trava do gatilho, entre outras, se existentes);

1.14.1.6. Conjunto da mola recuperadora;

1.14.1.7. Alça e massa de mira;

1.14.1.8. Fundo do carregador;

1.14.1.9. Transportador do carregador (*follower*);

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.14.1.10. Coronha;

1.14.1.11. Alavanca de manejo;

1.14.1.12. Tecla de seleção de tiro;

1.14.1.13. Conjunto do disparador;

1.14.1.14. Punho da arma, caso não seja parte integrante do lower receiver;

1.14.1.15. Parafusos e pinos elásticos.

### **1.15. Acabamento externo**

1.15.1. Todas as peças externas devem apresentar acabamento com tratamento antirreflexivo, de alta resistência, resistente à abrasão, a oxidações, a agentes químicos e minerais e às demais condições adversas e intempéries previstas nas normas NATO-OTAN AC/225 (LG/3-SG/1) D/14, na cor preta, de modo a reduzir a detecção do armamento em condições de baixa luminosidade.

### **1.16. Identificação**

1.16.1. As identificações institucionais e de segurança devem estar de acordo com a Portaria nº 213 COLOG/C Ex, de 15 de setembro de 2021, como segue:

1.16.1.1. Numeração externa cunhada no cano;

1.16.1.2. Numeração da arma no ferrolho (lado da janela de ejeção), facilitando a visualização;

1.16.1.3. Numeração na armação (*frame*) ou no punho (*grip*), se inexistir local adequado na armação;

1.16.1.4. Logotipo do fabricante cunhado ou a laser.

1.16.2. Toda numeração obrigatória estipulada pela DLOG-3 deverá ser confeccionada e posicionada de forma resistente a danos por queda, choque contra anteparos, abrasão

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



de superfícies duras e intempéries, sendo garantidamente visível e legível durante a vida útil da arma, considerando as vicissitudes do serviço policial;

1.16.3. Brasões da PMES e do Estado do Espírito Santo gravados no conjunto superior (upper receiver), conforme estabelecido no edital quanto à localização e forma de gravação;

1.16.4. Elementos de identificação sigilosos para fins de conferência, controle e rastreabilidade, nas seguintes conformidades:

1.16.4.1. Códigos criptografados alfanuméricos, impressos em locais distintos da arma, a serem determinados pela DLOG-3 antes do recebimento definitivo;

1.16.4.1.1. A relação contendo os códigos será fornecida pela Administração, devidamente vinculada aos respectivos números das armas, em data anterior à fabricação total do armamento;

1.16.4.2. Dispositivo eletrônico passivo de identificação por radiofrequência (chip RFID) que possibilite a leitura de códigos para identificação da numeração da arma por meio de scanner, na eventualidade de supressão das marcações (sigilosas e de segurança) por qualquer meio;

1.16.4.3. As informações e/ou detalhes específicos da localização e da frequência do RFID serão tratados em contrato com cláusula de sigilo entre o fabricante e a DLOG-3;

1.16.4.4. Para viabilizar a leitura das informações sigilosas descritas no subitem 1.16.4.3, deverá ser fornecido pelo fabricante, a cada lote de 1.000 (mil) armas, 02 (dois) equipamentos scanner compatíveis à leitura do chip RFID.

## **1.17. Exigências Documentais**

1.17.1. Para verificação dos padrões internacionais de qualidade técnica aplicados ao processo fabril da arma a ser fornecida, será exigida, junto com a proposta, a apresentação de:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.17.1.1. Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou por laboratório(s) independente(s) acreditado(s) internacionalmente, atestando que o armamento, do mesmo modelo e calibre, cumpre os requisitos das normas NATO (OTAN) AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;

1.17.2. Comprovação de maturidade de projeto da submetralhadora ofertada, entendida como a existência de, no mínimo, vinte e quatro meses de uso operacional contínuo por forças policiais ou militares, nacionais ou estrangeiras, devidamente demonstrado por meio de documentação idônea emitida pelo fabricante ou por órgão oficial usuário, de modo a evidenciar a confiabilidade do sistema, a estabilidade do projeto e a mitigação de falhas decorrentes de eventuais ajustes de desenvolvimento.

## **2. Grupo 1: Item 2 - Submetralhadora, cal. 9×19 mm, com acessórios .**

### **2.1. Armamento**

#### **2.1. Armamento**

1.1.1. Armamento do tipo Submetralhadora, calibre 9x19mm Luger, destinado ao uso operacional da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), visando dotar a Corporação com armamento moderno, eficiente, seguro e adequado ao serviço de polícia ostensiva e à preservação da ordem pública.

#### **2.2. Características Gerais**

2.2.1. Arma de fogo do tipo Submetralhadora;

2.2.2. Portátil;

2.2.3. Calibre 9x19mm Luger;

2.2.4. Em conformidade com a norma NATO (OTAN) AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.2.5. Apta ao uso de munições nacionais e importadas dentro do calibre especificado, que atendam, no mínimo, às normas SAAMI Z299.3-2015 (pressão e velocidade para pistolas de fogo central), CIP e NATO.

### **2.3. Características Específicas**

#### **2.3.1. Seletor de disparos**

2.3.1.1. Ambidestro, permitindo o controle da arma por qualquer operador;

2.3.1.2. O seletor entre as posições de arma travada e semiautomática deverá ser suficientemente próximo para permitir a seleção de forma natural e rápida, sem perda da empunhadura, e possibilitar fácil identificação dos diferentes modos de disparo. A passagem do modo semiautomático para o automático deve demandar ação muscular específica que impeça acionamento acidental;

2.3.1.3. A função de tiro em regime automático deve possuir curso da tecla de, no mínimo, 120 (cento e vinte) graus.

#### **2.3.2. Cano**

2.3.2.1. Comprimento entre 7” (177,8 mm) e 8” (203,2 mm);

2.3.2.2. Deve permitir uso com e sem supressor de ruído, de rápida e fácil instalação pelo próprio operador, sem necessidade de ferramentas, por conexão/rosqueamento compatível;

2.3.2.3. Martelado a frio ou solução equivalente ou superior, com vida útil mínima do cano de 20.000 (vinte mil) disparos, comprovados conforme método da OTAN descrito na Norma AC/225 (LG/3-SG/1) D/14.

#### **2.4. Caixa de mecanismo**

2.4.1. Empunhadura integral à caixa de disparos (lower receiver) ou, se fixada de outra forma, não poderá se soltar durante os testes ou o processo de avaliação previsto na AC/225 D/14;





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.4.2. Qualquer material utilizado deverá possuir alta resistência à abrasão, a agentes químicos e/ou minerais, bem como às demais condições adversas, intempéries e protocolos de testes com raios ultravioleta (UV), com superfície endurecida a Tenifer® e/ou produto similar de qualidade comprovadamente superior e capaz de suportar os testes das normas propostas;

2.4.3. Em caso de uso de polímero de alta resistência, este deverá resistir a todos os testes definidos neste Termo de Referência e nas normas referenciadas;

2.4.4. Guarda-mato com dimensões que permitam a operação da arma por operador com luvas, sem comprometer a eficiência e a eficácia do disparo;

2.4.5. Trilhos padrão Picatinny (MIL-STD-1913 e STANAG 4694) para acoplagem de acessórios, nas posições: superior, lateral direita, lateral esquerda e inferior (abaixo do cano);

2.4.6. Coronha rebatível/dobrável, com o mínimo de 3 (três) posições de ajuste de comprimento, com superfície antiderrapante; o armamento deve operar em plenitude, sem limitações, quando com a coronha rebatida;

2.4.7. Acabamento de primeira linha, sem sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de materiais que evidenciam falta de qualidade no processo fabril, a fim de evitar ferimentos nos usuários e falhas de funcionamento e de procedimento.

## **2.5. Dimensões**

2.5.1. Comprimento total da arma:

2.5.1.1. Com coronha rebatida: entre 350 (trezentos e cinquenta) mm e 660 (seiscentos e sessenta) mm;

2.5.1.2. Com coronha estendida: entre 590 (quinhentos e noventa) mm e 705 (setecentos e cinco) mm;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.5.2. Altura total da arma entre 180 (cento e oitenta) mm e 330 (trezentos e trinta) mm, medidos da base do carregador original acoplado à arma até o final do trilho de acoplagem de equipamentos (padrão Picatinny);

2.5.3. Largura do armamento entre 50 (cinquenta) mm e 75 (setenta e cinco) mm;

2.5.4. Peso do armamento, sem carregador e descarregado, entre 2.500 (dois mil e quinhentos) g e 2.800 (dois mil e oitocentos) g.

## **2.6. Operação**

2.6.1. Cadência de disparos entre 900 (novecentos) e 1.200 (mil e duzentos) disparos por minuto;

2.6.2. Peso do gatilho (*trigger pull*) entre 8 (oito) e 12 (doze) lbf;

2.6.3. Sistema de funcionamento por *blowback*;

2.6.4. Retém do carregador e seletor de tiro ambidestros;

2.6.5. Alavanca de manejo (alavanca do ferrolho) ambidestra ou reversível.

## **2.7. Sistema de miras mecânicas**

2.7.1. Sistema de mira mecânica com trítio ou similar de igual e comprovada eficiência;

2.7.2. Produzidas de modo que a fonte luminosa ofereça, pelo menos, 10 (dez) anos de iluminação utilizável;

2.7.3. Conjunto composto por massa e alça independentes, alinhados e precisos, compatíveis entre si;

2.7.4. Reguláveis em elevação e deflexão;

2.7.5. Construídas de polímero ou material equivalente com as mesmas características de resistência;

2.7.6. Totalmente não refletivas;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



2.7.7. Rebatiáveis ou dobráveis; não é permitida mira mecânica fixa.

## **2.8. Sistema de apoio de punho**

2.8.1. Sistema de punho acoplável em trilho Picatinny (MIL-STD-1913);

2.8.2. Confeccionado em material sintético (polímero);

2.8.3. Ajustável e acoplável pelo próprio operador;

2.8.4. Admitido similar de qualidade superior.

## **2.9. Bandoleira tática**

2.9.1. Desenho ambidestro de dois pontos, versátil, otimizada para melhorar a estabilidade e a gestão do recuo pelo operador, resultando em maior precisão, incorporando funções essenciais para uso tático;

2.9.2. Deve possibilitar configuração/conversão para um ponto;

2.9.3. Deve permitir o transporte e a fixação da arma em diferentes posições durante o deslocamento do operador, prendendo-se, na primeira extremidade, ao zarelho fixado à arma e, na segunda, ao zarelho da caixa da culatra ou da coronha, podendo ser utilizada em diferentes configurações, com fivelas que facilitem a remoção sem necessidade de desmontar o sistema e o ajuste em condições adversas;

2.9.4. Extra-longa e robusta, confeccionada com fita de pelo menos 30 (trinta) mm de largura, com todas as costuras reforçadas nas áreas críticas, admitindo-se similar de qualidade superior;

2.9.5. Mosquetões e fivelas confeccionados em aço ou em material sintético de resistência similar, comprovada.

## **2.10. Carregador**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



- 2.10.1. Capacidade mínima para 30 (trinta) cartuchos, sem qualquer tipo de prolongador;
- 2.10.2. Do tipo cofre;
- 2.10.3. Bifilar;
- 2.10.4. Produzido em polímero, destituído de peças de fácil soltura (inclusive quando arremessado ao solo, vazio ou carregado);
- 2.10.5. Deve possibilitar a visualização da quantidade de munições, total ou parcial, sem comprometer uso e conforto quando acoplado à arma;
- 2.10.6. Mesa transportadora com coloração de alerta internacional (laranja ou vermelha);
- 2.10.7. Acabamento externo em polímero, resistente à abrasão, a agentes químicos e minerais, e às demais condições adversas e intempéries constantes das normas requeridas (NATO-OTAN AC/225 (LG/3-SG/1) D/14;
- 2.10.8. Base do carregador em polímero de alta resistência comprovada, com desenho que acompanhe a face posterior do carregador, firmemente fixada ao corpo;
- 2.10.9. Cada arma deverá ser acompanhada de 05 (cinco) carregadores.

## **2.11. Retém do carregador**

- 2.11.1. Obrigatoriamente ambidestro, recartilhado ou texturizado, posicionado de forma a não interferir na empunhadura, localizado na armação, na área de junção do guarda-mato com a empunhadura (punho), e que não favoreça acionamento acidental ou involuntário durante o uso;
- 2.11.2. Ativado por pressão no sentido lateral ou frontal pelo polegar ou dedo do operador;
- 2.11.3. Projetado para permitir liberação positiva do carregador com força mínima de 4 (quatro) lbf;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.11.4. Quando acionado, conforme os subitens anteriores, o carregador deverá cair livremente apenas pela ação da gravidade, estando vazio ou municado.

## **2.12. Kit de limpeza**

2.12.1. Material básico de limpeza, incluindo óleo lubrificante, solvente de cobre, solvente de pólvora, flanelas e escovas de latão, aço, nylon e algodão, acopláveis à vareta.

## **2.13. Kit de entrega (Case)**

2.13.1. As armas devem ser entregues em maleta (case) de polímero de alta resistência que permita travamento e proteção contra impactos e atritos, contendo:

2.13.1.1. 01 (um) manual em português pátrio, com informações de manuseio, conservação, manutenção, limites de uso para ocorrência de limpeza e cuidados relativos à operação do material;

2.13.1.2. Tabela indicativa de manutenção para as peças que compõem o armamento, contendo o período de revisão/substituição de cada peça versus a quantidade de disparos a que o armamento for submetido.

## **2.14. Conjunto de reposição imediata**

2.14.1. Para mitigar o tempo de inoperância decorrente de manutenções por eventuais danos, deverão ser entregues, no percentual de 5% (cinco por cento) do total de armas adquiridas, as seguintes peças para reposição imediata:

2.14.1.1. Conjunto do percussor (todas as peças que o compõem, caso não seja peça única);

2.14.1.2. Trava do percussor e mola;

2.14.1.3. Extrator;

2.14.1.4. Ejetor;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.14.1.5. Todas as teclas externas (retém do carregador, retém do ferrolho, trava do gatilho, entre outras, se existentes);

2.14.1.6. Conjunto da mola recuperadora;

2.14.1.7. Alça e massa de mira;

2.14.1.8. Fundo do carregador;

2.14.1.9. Transportador do carregador (*follower*);

2.14.1.10. Coronha;

2.14.1.11. Alavanca de manejo;

2.14.1.12. Tecla de seleção de tiro;

2.14.1.13. Conjunto do disparador;

2.14.1.14. Punho da arma, caso não seja parte integrante do lower receiver;

2.14.1.15. Parafusos e pinos elásticos.

## **2.15. Acabamento externo**

2.15.1. Todas as peças externas devem apresentar acabamento com tratamento antirreflexivo, de alta resistência, resistente à abrasão, a oxidações, a agentes químicos e minerais e às demais condições adversas e intempéries previstas nas normas NATO-OTAN AC/225 (LG/3-SG/1) D/14, na cor preta, de modo a reduzir a detecção do armamento em condições de baixa luminosidade.

## **2.16. Identificação**

2.16.1. As identificações institucionais e de segurança devem estar de acordo com a Portaria nº 213 COLOG/C Ex, de 15 de setembro de 2021, como segue:

2.16.1.1. Numeração externa cunhada no cano;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.16.1.2. Numeração da arma no ferrolho (lado da janela de ejeção), facilitando a visualização;

2.16.1.3. Numeração na armação (*frame*) ou no punho (*grip*), se inexistir local adequado na armação;

2.16.1.4. Logotipo do fabricante cunhado ou a laser.

2.16.2. Toda numeração obrigatória estipulada pela DLOG-3 deverá ser confeccionada e posicionada de forma resistente a danos por queda, choque contra anteparos, abrasão de superfícies duras e intempéries, sendo garantidamente visível e legível durante a vida útil da arma, considerando as vicissitudes do serviço policial;

2.16.3. Brasões da PMES e do Estado do Espírito Santo gravados no conjunto superior (upper receiver), conforme estabelecido no edital quanto à localização e forma de gravação;

2.16.4. Elementos de identificação sigilosos para fins de conferência, controle e rastreabilidade, nas seguintes conformidades:

2.16.4.1. Códigos criptografados alfanuméricos, impressos em locais distintos da arma, a serem determinados pela DLOG-3 antes do recebimento definitivo;

2.16.4.1.1. A relação contendo os códigos será fornecida pela Administração, devidamente vinculada aos respectivos números das armas, em data anterior à fabricação total do armamento;

2.16.4.2. Dispositivo eletrônico passivo de identificação por radiofrequência (chip RFID) que possibilite a leitura de códigos para identificação da numeração da arma por meio de scanner, na eventualidade de supressão das marcações (sigilosas e de segurança) por qualquer meio;

2.16.4.3. As informações e/ou detalhes específicos da localização e da frequência do RFID serão tratados em contrato com cláusula de sigilo entre o fabricante e a DLOG-3;

2.16.4.4. Para viabilizar a leitura das informações sigilosas descritas no subitem 2.16.4.5,

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



deverá ser fornecido pelo fabricante, a cada lote de 1.000 (mil) armas, 02 (dois) equipamentos scanner compatíveis à leitura do chip RFID.

2.16.4.6 A cor da arma deverá ser definida conforme a atividade policial, priorizando a cor cinza-chumbo, com escala HEX indicada pela DLOG-3, de acordo com orientação institucional.

## **2.17. Acessórios**

### **2.17.1. Supressor de ruído (01 por arma)**

#### **Requisitos mínimos:**

2.17.1.1 Deverá ser fornecido supressor de ruídos compatível com o calibre 9x19mm, com as seguintes especificações básicas:

- I. construído em aço inox ou titânio;
- II. com conexão por meio de rosca direta 1/2x28TP ou dotado de sistema de conexão rápida;
- III. peso máximo: 395 gramas;
- IV. tamanho máximo: 165mm;
- V. espessura máxima: 40mm;
- VI. redução mínima de assinatura sonora em uso com munições supersônicas de, pelo menos, 22dB;
- VII. garantia de vida útil apresentada pelo fabricante de, no mínimo, 10.000 disparos;
- VIII. ser compatível com uso em regime automático de tiro.

### **2.17.2. Mira de visada rápida — red dot de emissor fechado (01 por arma)**

#### **2.17.2.1. Objeto**

2.17.2.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de dispositivos de mira reflexiva (*red dot*) de emissor fechado, para uso diurno/noturno em

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



submetralhadoras, conforme especificações técnicas detalhadas a seguir, visando atender às necessidades operacionais da instituição.

#### **2.17.2.2. Características mínimas e obrigatórias**

##### **Requisitos mínimos:**

##### **2.1.1. Mira de visada rápida — red dot de emissor fechado (01 unidade por arma)**

##### **Requisitos mínimos:**

- 2.1.1.1. Montagem em trilho padrão MIL-STD-1913.
- 2.1.1.2. Corpo usinado em liga de alumínio 7075-T6.
- 2.1.1.3. Dimensões máximas: 52,5 mm (C) × 58 mm (A) × 40,5 mm (L).
- 2.1.1.4. Peso máximo: 154 g (com bateria instalada).
- 2.1.1.5. Emissor fechado com geometria retangular: corpo hermeticamente selado contra poeira, água e detritos, assegurando operação em ambientes adversos; design retangular proporciona campo de visão horizontal amplo, otimizando aquisição de alvos e compatibilidade com magnificadores.
- 2.1.1.6. Sistema de retículos selecionáveis em nível operador: três configurações — ponto de 2 MOA, anel de velocidade 2/68 MOA e retículo com pontos de compensação de 1,5 mil — garantindo adaptabilidade aos cenários complexos de combate urbano.
- 2.1.1.7. Mínimo de 10 níveis de brilho diurno e 2 níveis compatíveis com dispositivos de visão noturna (NV).
- 2.1.1.8. Modos de iluminação automático e manual; função Ativação por movimento; modo sleep configurável ( $\geq 1$  h).
- 2.1.1.9. Desligamento automático configurável e modo *constant-on*.
- 2.1.1.10. Alimentação por bateria CR2032; autonomia  $\geq 25.000$  h.
- 2.1.1.11. Ajustes de elevação e deriva: 0,5 MOA por clique a 91 m; amplitude  $\pm 30$  MOA.
- 2.1.1.12. *Eye relief* ilimitado; paralaxe livre a 46 m.
- 2.1.1.13. Grau de proteção IP67; conformidade com MIL-STD-810H.
- 2.1.1.14. Compatível com adaptador de elevação de 49 mm (fornecimento opcional).

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.1.1.15. *Recoil block* integrado para retenção de zero sob uso intenso.

## **2.18. Exigências documentais da arma**

2.18.1. Para verificação dos padrões internacionais de qualidade técnica aplicados ao processo fabril da arma a ser fornecida, será exigida, junto com a proposta, a apresentação de:

2.18.1.1. Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou por laboratório(s) independente(s) acreditado(s) internacionalmente, atestando que o armamento, do mesmo modelo e calibre, cumpre os requisitos das normas NATO (OTAN) AC/225 (LG/3-SG/1) D/14.

2.18.2. Comprovação de maturidade de projeto da submetralhadora ofertada, entendida como a existência de, no mínimo, vinte e quatro meses de uso operacional contínuo por forças policiais ou militares, nacionais ou estrangeiras, devidamente demonstrado por meio de documentação idônea emitida pelo fabricante ou por órgão oficial usuário, de modo a evidenciar a confiabilidade do sistema, a estabilidade do projeto e a mitigação de falhas decorrentes de eventuais ajustes de desenvolvimento.

## **2.19. Exigências documentais da ira de visada rápida**

2.19.1 serão observadas as seguintes normas referenciais:

2.19.1.1 Norma MIL-STD 810-G/H: definindo a vida útil de um determinado material nas condições ambientais diversas testadas.

2.19.1.2 Norma MIL STD-1913: estabelece os métodos de padronização para o dimensionamento dos sistemas de montagem de acessórios sobre os trilhos do armamento.

## **3. Grupo 2: Carabina modular 5,56X45mm NATO multi-calibre para 9X19 mm e .300 Blackout - com acessórios**

### **3.1. Descrição da especificação dos produtos**

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



Trata-se das especificações técnicas de carabina modular em calibre 5,56×45mm NATO, com capacidade multicalibre para conversão em 9×19 mm e .300 *Blackout*, sendo o calibre definido previamente à assinatura do contrato por cada órgão comprador. A arma possui plataforma *bullpup* (configuração de arma curta com cano longo), permitindo operação em espaços confinados, a ser adquirida pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES).

### **3.2. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E OBRIGATÓRIAS**

#### **3.2.1. Características gerais:**

- I. Calibre: 5,56×45 mm NATO, com possibilidade de conversão para 9×19 mm ou .300 Blackout (sistema modular multicalibre), intercambiável em nível de operador.
- II. Plataforma: bullpup, com conjunto de ferrolho e carregador posicionados atrás do conjunto de acionamento; permitindo disparo controlado com apenas uma mão em espaços reduzidos.
- III. Princípio de funcionamento: ação indireta dos gases com pistão/êmbolo (short-stroke ou equivalente);
- IV. Ação de tiro: semiautomático (sem rajada/burst);
- V. Tecla seletora: ergonômica e ambidestra, com, no mínimo, 2 (duas) posições
- VI. — trava de segurança e disparo semiautomático;
- VII. Retém do ferrolho central: ambidestro, de fácil alcance e acionamento bilateral;
- VIII. Alavanca de manejo: reversível/intercambiável, apta a uso por destros ou canhotos sem perder a empunhadura;
- IX. Janela de ejeção: intercambiável (lado direito/esquerdo) ou solução equivalente que assegure uso ambidestro;
- X. Defletor de estojos: intercambiável ambidestro;
- XI. Quebra-chamas/boçal: compatível com supressor de ruído, preferencialmente com interface padrão (ex.: rosca e/ou QD) e conformidade STANAG pertinente;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- XII. Capacidade "Over-The-Beach (OTB)": apta a realizar disparos imediatamente após submersão em água, sem dano ao armamento, conforme verificação em ensaio operacional (vide 3.5).

**3.2.2. Dimensões e massa**

- I. Comprimento do cano (sem acessórios): entre 11" e 14" ( $\approx$  330 a 356 mm);
- II. Comprimento total (OAL): não superior a 580mm ( $\approx$  23"), visando emprego em espaços reduzidos;
- III. Massa máxima: sem munição, sem acessórios, sem carregador e sem bandoleira:  $\leq$  3,5 kg (três vírgula cinco quilogramas), considerando operações contínuas por mais de 2 (duas) horas.

**3.2.3. Materiais, guarda-mão e trilhos**

- I. Materiais: corpo/caixa resistentes a impactos, intempéries e agentes químicos/minerais, com acabamento não reflexivo;
- II. Acabamento superficial: preto, com tratamento endurecido tipo Tenifer® e/ou similar de qualidade superior, resistente a abrasão, oxidação e intempéries, conforme normas de referência;
- III. Guarda-mão: em polímero de alta resistência ou alumínio, acabamento preto;
- IV. Trilhos: superior contínuo em alumínio no padrão MIL-STD-1913 (Picatinny) e posições laterais e inferior no mesmo padrão (quatro faces — 360°), para acoplagem de acessórios.

**3.2.4. Sistema de alimentação e miras**

- I. Carregadores: padrão STANAG 4179, tipo cofre, metálico em chapa de aço, aço e polímero, ou totalmente em polímero, capacidade mínima de 30 (trinta) cartuchos;
- II. Miras mecânicas: alça e massa rebatíveis, compatíveis com trilho MIL-STD-1913.

**3.2.5. Pontos para bandoleira**

- I. Ao menos 2 (dois) pontos de conexão QD e/ou "cord" (loop), permitindo ajuste ambidestro e múltiplas configurações de porte.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### **3.3. Acessórios inclusos**

#### **3.3.1. Supressor de ruído**

##### **a) Requisitos mínimos:**

- I. Deverá ser fornecido 1 (uma) por unidade de armamento;
- II. Compatível com a carabina fornecida (declaração formal do fabricante da arma garantindo compatibilidade e operação segura);
- III. Construção em Inconel 718 / titânio ou liga equivalente/superior, com resistência a  $\geq 982^{\circ}\text{C}$  ( $1800^{\circ}\text{F}$ ) e a ambientes corrosivos;
- IV. Revestimento Cerakote™ C-Series ou similar/superior, acabamento fosco (preto matte ou FDE);
- V. Redução sonora  $< 140$  dB com munição 5,56×45mm em condições reais de uso;
- VI. Canal de *bypass* de baixa pressão, minimizando back pressure e emissão de gases ao operador;
- VII. Sistema QD com trava segura, compatível com boçais, permitindo acoplamento/desacoplamento sem ferramentas;
- VIII. Dimensões/peso compatíveis com fuzis padrão M4, não acrescentando mais que 100 mm ao comprimento total (OAL);
- IX. Projeto interno por DMLS ou técnica equivalente que otimize fluxo de gases e precisão;
- X. Vida útil mínima de 20.000 disparos, resistente a testes de disparos de 6 (seis) carregadores contínuos (*full-auto*);
- XI. Compatível com plataformas AR, LMG e MG (quando aplicável);
- XII. Redução de recuo e do clarão visível, com melhoria comprovada de precisão e agrupamento.

#### **3.3.2. Mira de visada rápida — *red dot* de emissor fechado**

##### **a) Requisitos mínimos:**

- I. Deverá ser fornecido 1 (uma) por unidade de armamento;
- II. Montagem em trilho padrão MIL-STD-1913.
- III. Corpo usinado em liga de alumínio 7075-T6.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- IV. Dimensões máximas: 52,5 mm (C) × 58 mm (A) × 40,5 mm (L).
- V. Peso máximo: 154 g (com bateria instalada).
- VI. Emissor fechado com geometria retangular: corpo hermeticamente selado contra poeira, água e detritos, assegurando operação em ambientes adversos; design retangular proporciona campo de visão horizontal amplo, otimizando aquisição de alvos e compatibilidade com magnificadores.
- VII. Sistema de retículos selecionáveis em nível operador: três configurações — ponto de 2 MOA, anel de velocidade 2/68 MOA e retículo com pontos de compensação de 1,5 mil — garantindo adaptabilidade aos cenários complexos de combate urbano.
- VIII. Mínimo de 10 níveis de brilho diurno e 2 níveis compatíveis com dispositivos de visão noturna (NV).
- IX. Modos de iluminação automático e manual; função de Ativação por movimento; modo sleep configurável ( $\geq 1$  h).
- X. Desligamento automático configurável e modo *constant-on*.
- XI. Alimentação por bateria CR2032; autonomia  $\geq 25.000$  h.
- XII. Ajustes de elevação e deriva: 0,5 MOA por clique a 91 m; amplitude  $\pm 30$  MOA.
- XIII. *Eye relief* ilimitado; paralaxe livre a 46 m.
- XIV. Grau de proteção IP67; conformidade com MIL-STD-810H.
- XV. Compatível com adaptador de elevação de 49 mm (fornecimento opcional).
- XVI. *Recoil block* integrado para retenção de zero sob uso intenso.

### **3.3.3. Magnificador 4× com *flip-to-side* ambidestro**

#### **a) Requisitos mínimos:**

- I. Ampliação 4×; objetiva 24 mm ( $\pm 0,5$  mm);
- II. Alívio ocular 67 mm ( $\pm 1$  mm); ajuste de diopia -2,5 a +2,5;
- III. Sistema *flip-to-side* ambidestro, configurável para lado direito/esquerdo, com travamento firme nas posições de uso e recolhido;
- IV. Ajuste de campo de visão  $> 60$  MOA (H/V);
- V. Construção em alumínio 6061-T6, anodizado;
- VI. Peso máximo 290 g ( $\pm 5$  g), incluindo adaptador;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- VII. Impermeabilidade IPX8 (imersão até 10 m por 1 h);
- VIII. Montagem em MIL-STD-1913, instalação/remoção rápida sem ferramentas especiais.

**3.3.4. Carregadores adicionais**

- I. 05 (cinco) carregadores por arma, padrão STANAG 4179, capacidade 30 (trinta) cartuchos.

**3.3.5. Bolsa de transporte**

- I. 01 (uma) bolsa em poliamida de alta resistência, cor preta, alça reforçada 2" (variação admissível  $\pm 10\%$ ), com mínimo de 3 bolsos para carregadores extras, compatível com a carabina especificada.

**3.3.6. Kit de manutenção**

- I. 01 (um) kit contendo itens de limpeza e manutenção preventiva/corretiva compatíveis (escovas, óleo, solventes, flanelas, vareta, ferramentas básicas, conforme instruções do fabricante).

**3.3.7. Bandoleira e zarelhos**

- I. 01 (uma) bandoleira de dois pontos, tipo cinta almofadada (cinta principal + travessão), confeccionada em Cordura®;
- II. 01 (um) sistema de zarelhos para conexão da bandoleira (QD e/ou loop "cord").

**3.3.8. Ensaios de aceitação e conformidade**

- I. A contratada deverá apresentar relatórios/laudos que demonstrem conformidade com as normas referenciais(3.2), incluindo, quando aplicável, ensaios ambientais MIL-STD-810G e procedimentos de desempenho TOP 3-2-045;
- III. Para o supressor (3.4.1), apresentar declaração de compatibilidade emitida pelo fabricante da arma;
- IV. Para carregadores e interfaces de trilho, comprovar conformidade a STANAG 4179 e MIL-STD-1913;
- V. Os ensaios poderão incluir verificação da capacidade OTB (3.3.1.11) e da resistência a poeira/areia, queda, vibração, temperatura, névoa salina e umidade, conforme plano de testes.

**3.3.9. Documentação e manuais**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
***“Policia Militar, herói protetor da sociedade”***



- I. Manual do usuário em português, contendo instruções de segurança, operação, manutenção e cronograma de inspeções/substituições por hora de uso e/ou número de disparos;
- II. Listagem de peças e diagramas explodidos para apoio à manutenção de 1º e 2º escalões.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**ANEXO I – C –**  
**LAUDOS, ATESTADOS E TESTES DOS ARMAMENTOS**

**1. Grupo 1: Item 1 — Submetralhadora, cal. 9×19 mm.**

**1.1. Teste de metrologia e características gerais**

1.1.1. Amostras: serão utilizadas 3 (três) Submetralhadoras do lote de amostras.

1.1.2. Todas as características exigidas serão inspecionadas; além das mensurações e avaliações estatísticas de conferência e controle, constituem critérios de reprovação:

1.1.2.1. Ausência de acabamento de primeira linha — não são admitidos sinais de corrosão, imperfeições, rebarbas e/ou sobras de material que evidenciem falta de qualidade no processo fabril, por risco de ferimentos, falhas de funcionamento e de procedimento;

1.1.2.2. Manutenção de primeiro escalão (montagem/desmontagem), inclusive de carregadores, deve ser fácil para o operador, sem uso de ferramentas e sem possibilidade de montagem equivocada. Caso exista possibilidade de montagem equivocada que afete a função e/ou a segurança, a arma será reprovada;

1.1.2.3. Deve possuir encaixe no cano com adaptador para supressor de ruído, de fácil instalação pelo operador.

1.1.3. Considera-se falha impeditiva, para fins de avaliação e aceitação da amostra, toda falha que, em razão de sua gravidade, comprometa a segurança, a funcionalidade essencial ou a confiabilidade mínima da arma, de modo a impedir a continuidade dos testes ou ensejar a reprovação do produto apresentado.

1.1.3.1. Caracterizam-se como falhas impeditivas, dentre outras tecnicamente equivalentes, aquelas que:

- a) ofereçam risco à integridade física do operador ou de terceiros;
- b) inviabilizem o funcionamento normal da arma em condições regulares de uso;
- c) revelem falha estrutural ou defeito em componente crítico do sistema de disparo, alimentação, extração, segurança ou trancamento;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



d) exijam a interrupção imediata dos testes por comprometimento da segurança ou da integridade do equipamento.

1.1.3.2. Não se caracterizam, isoladamente, como falhas impeditivas aquelas de natureza pontual, não recorrente e sem impacto à segurança ou à funcionalidade essencial, tais como panes eventuais dentro de parâmetros aceitáveis, ajustes finos de componentes não críticos, desgaste esperado ou falhas decorrentes de erro operacional comprovado, desde que não contrariem os requisitos técnicos estabelecidos.

## **1.2. Teste de intercambialidade**

1.2.1. Objetivo: verificar a constância dimensional e a possibilidade de utilização de peças entre diversas Submetralhadoras, permitindo manutenção sem ajustes individualizados de peça por peça.

1.2.2. Finalidade: mitigar intercorrências e inconsistências que comprometam qualidade, funcionamento, segurança e suporte logístico, parametrizando processos de fabricação e controle de 1ª linha.

1.2.3. Procedimento: serão utilizadas as 3 (três) Submetralhadoras da amostra, efetuando-se 60 (sessenta) disparos em cada arma — 1 (um) carregador (30 disparos) em regime intermitente e 1 (um) carregador (30 disparos) em regime automático.

1.2.4. Critérios de reprovação:

1.2.4.1. Impossibilidade de 100% (cem por cento) de intercambialidade entre as peças especificadas;

1.2.4.2. Possibilidade de montagem equivocada em primeiro escalão;

1.2.4.3. Incidência de falha impeditiva<sup>14</sup>;

1.2.4.4. Mais de 2 (duas) falhas não impeditivas por amostra (não se computam falhas decorrentes de manuseio/tratamento inadequados ou de falha de munição).

---

<sup>14</sup> Considera-se falha impeditiva o disparo sem o devido trancamento.





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### **1.3. Teste de tiro (Endurance)**

1.3.1. Objetivo: verificar a segurança funcional geral e o ciclo de vida das peças, bem como o comportamento do armamento durante os disparos, com munição FMJ de 124 a 127 gr em uso operacional na PMES, conforme especificações técnicas do CMB para munições 9×19 mm.

1.3.2. Total de disparos: 10.000 (dez mil).

1.3.3. Estrutura: 10 (dez) séries de 1.000 (mil) disparos.

1.3.4. Regime por série: 90 (noventa) tiros em intermitente para 30 (trinta) em automático.

1.3.5. Cadência em intermitente: 2 (dois) tiros por segundo.

1.3.6. Cadência em automático: máxima do armamento.

1.3.7. Intervalos entre séries: 20 (vinte) minutos para resfriamento, limpeza e lubrificação.

1.3.8. Cook-off preventivo: a cada 180 (cento e oitenta) disparos, será permitido resfriamento por 2 (dois) minutos, conforme indicação do fabricante. Os meios de resfriamento serão fornecidos pelo fabricante, sendo-lhe facultado abrir mão do resfriamento.

1.3.9. Limpeza e lubrificação: permitidas apenas nos intervalos entre séries e exclusivamente com desmontagem de primeiro escalão (sem ferramentas).

1.3.10. Ao término, 1 (uma) Submetralhadora será desmontada para verificação de dano estrutural ou desgaste excessivo em quaisquer partes.

1.3.11. Parâmetros de comparação: dados da verificação inicial (vide 1.1).

1.3.12. Complementarmente, haverá comparação com 2 (duas) amostras novas do lote que não foram submetidas aos disparos.

1.3.13. Critérios de reprovação:

1.3.13.1. Qualquer desgaste excessivo, dano estrutural, dilatação ou deformação que altere o funcionamento e/ou comprometa a segurança;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.3.13.2. Desgaste que impeça a continuidade dos testes;

1.3.13.3. Incidência de falha impeditiva (conforme Planilha de Controle de Incidentes);

1.3.13.4. Mais de 20 (vinte) falhas não impeditivas no total (limite de 2 por mil disparos), conforme planilha.

#### **1.4. Teste de precisão**

1.4.1. Objetivo: determinar o desempenho de precisão da Submetralhadora por meio do agrupamento de acertos.

1.4.2. Amostras: 2 (duas) — 1 (uma) que passou pelo teste de tiro (1.3) e 1 (uma) que não foi utilizada nos testes.

1.4.3. Distância: 50 (cinquenta) metros, em Estande de Tiro.

1.4.4. Agrupamento desejado: circunferência de diâmetro 160 mm (cento e sessenta milímetros).

1.4.5. Montagem: a arma será fixada individualmente em suporte padrão Ransom Rest® (Ransom International Corporation) ou equipamento de estabilização equivalente ou superior, capaz de garantir a repetibilidade do teste de precisão, fornecido pelo fabricante.

1.4.6. Disparos aferidos: com a arma fixada, inserir 1 (um) carregador com 10 (dez) cartuchos para aferição.

1.4.7. Calibração: facultada ao licitante, uma única vez por arma, a calibração do suporte/armamento com 5 (cinco) cartuchos antes dos disparos aferidos. Havendo até 2 (dois) disparos fora do agrupamento, o teste da amostra poderá ser refeito com munições de um novo lote.

1.4.8. Alvo: padrão IPSC; a aferição da pontaria será realizada por mira eletro-óptica centrada no alvo.

1.4.9. Critérios de reprovação:

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.4.9.1. Qualquer acerto fora do agrupamento desejado;

1.4.9.2. Ocorrência de oscilação pendular do projétil no alvo;

1.4.9.2.1. Entende-se por oscilação pendular a entrada do projétil no alvo em ângulo não frontal, indicando instabilidade de voo ou não alinhamento do cano com a guia do armamento;

1.4.9.3. Incidência de falha impeditiva (conforme planilha);

1.4.9.4. Mais de 2 (duas) falhas não impeditivas (não se computam falhas por manuseio inadequado ou por falha de munição).

### **1.5. Teste de cook-off**

1.5.1. Objetivo: comprovar a operação segura da Submetralhadora, sem ignição espontânea da carga propelente na câmara ou no carregador.

1.5.2. Amostras: 1 (uma) que não foi submetida ao teste de tiro (1.3).

1.5.3. Procedimento: realizar 180 (cento e oitenta) disparos em regime automático, sem pausa entre carregadores, elevando a temperatura da câmara.

1.5.4. Em seguida, a arma será carregada com 1 (um) cartucho, permanecendo o cartucho em câmara à temperatura elevada.

1.5.5. Aprovação: a arma deve permanecer por 30 (trinta) minutos carregada sem ignição da carga propelente, sem detonação e sem disparo involuntário.

### **1.6. Teste de força na puxada do gatilho**

1.6.1. Objetivo: medir a resistência de acionamento do gatilho usando equipamento que mede força [N] ao longo do percurso [S] em milímetros.

1.6.2. Critério de aceitação: valor de 8 a 12 lbf (libra-força).

1.6.3. Amostras: 2 (duas) — 1 (uma) que passou pelo teste de tiro (1.3) e 1 (uma) que não foi utilizada nos testes.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



## **1.7. Teste de queda**

1.7.1. Objetivo: comprovar a segurança da arma em caso de quedas.

1.7.2. Procedimento: ensaios em dispositivo que garanta queda na posição determinada, a 1,5 m (um metro e meio) de altura.

1.7.3. Abrangência: o teste completo será realizado com 1 (uma) Submetralhadora.

1.7.4. Entre as quedas, a arma será examinada quanto a danos, e a capacidade de tiro será avaliada. Ao final, realizar 10 (dez) disparos — 5 (cinco) por carregador.

1.7.5. Esquema de quedas (pontos de impacto):

1.7.5.1. 0° — arma travada e coronha estendida; e arma em automático com coronha estendida;

1.7.5.2. 90° — arma travada e coronha dobrada; arma travada e coronha estendida; arma em automático e coronha dobrada; e arma em automático e coronha estendida;

1.7.5.3. 180° — arma travada e coronha estendida; e arma em automático e coronha estendida;

1.7.5.4. 270° — arma travada e coronha estendida; e arma em automático e coronha estendida;

1.7.5.5. Lado esquerdo para baixo — arma travada e coronha estendida; e arma em automático e coronha estendida;

1.7.5.6. Lado direito para baixo — arma travada e coronha estendida; e arma em automático e coronha estendida.

1.7.6. Os resultados e a avaliação decorrente dos testes de queda serão documentados, registrando-se a aptidão para tiro após cada ensaio.

1.7.7. Critérios de reprovação:

1.7.7.1. Ocorrência de percussão da espoleta;

1.7.7.2. Marcação da espoleta;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



1.7.7.3. Falhas de funcionamento.

1.7.8. Exclusões: não será considerada falha impeditiva a quebra de componentes da alça/massa de mira e de carregadores — não constitui, por si só, motivo de reprovação.

1.7.9. Referência angular: considera-se a frente do cano apontado para o ângulo solicitado (conforme diagrama de referência).

1.7.10 Esquema de queda



## **2. Sequência de aplicação dos testes**

2.1. Esta seção descreve a sequência prática de aplicação dos testes previstos neste documento.

2.2. É obrigatória a coleta de todos os dados pertinentes às características do armamento, com o preenchimento da Planilha do Teste de Metrologia e Características Gerais e da compatibilidade do trilho de acessórios, para fundamentar a verificação de atendimento das especificações e a análise de desgaste ao longo dos testes (vide 1.1).

2.3. Aplicação do teste de intercambialidade (1.2) com 3 (três) amostras.

2.4. Aplicação do teste de cook-off (1.5) com 1 (uma) amostra (não submetida ao teste de tiro).

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**2.5. Aplicação do teste de tiro (Endurance) (1.3).**

2.5.1. Este teste simula o desgaste do armamento durante o uso operacional em 1 (uma) amostra. A arma submetida ao ensaio será comparada nas provas seguintes com armas novas (não submetidas aos 10.000 disparos).

2.6. Aplicação do teste de precisão (1.4) com 2 (duas) amostras — 1 (uma) submetida ao teste de tiro e 1 (uma) não submetida.

2.7. Aplicação do teste de força na puxada do gatilho (1.6) com 2 (duas) amostras — 1 (uma) submetida ao teste de tiro e 1 (uma) não submetida.

2.8. Aplicação do teste de queda (1.7) com 1 (uma) amostra.

2.9. Análise pós-ensaios da amostra submetida ao teste de tiro (1.3), comparando-se os dados metrológicos iniciais(1.1) e verificando-se desgaste excessivo que impeça o funcionamento seguro.

### **3. Considerações finais dos testes**

3.1. Quaisquer dúvidas ou omissões sobre a realização e aplicação dos testes serão esclarecidas pela Comissão nomeada para esse fim.

3.2. Fica a critério da Comissão Técnica, prévia e devidamente justificado, determinar a realização de reteste quando houver dúvida plausível e fundamentada quanto a métodos ou resultados.

### **2. Grupo 1: Item 2 — Submetralhadora 9×19 mm, com acessórios.**

2.1 Armamento: Serão exigidos os mesmos testes, atestados e laudos previstos para o item do Grupo 1: Item 1 — Submetralhadora, cal. 9×19 mm.

### **9 - 3. Grupo 2: Item 1 - Carabina, multicalibre, com acessórios**

#### **3.1. Laudos e Atestados Exigidos dos Produtos**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### 3.1.1. Disposições gerais

3.1.1.1. Para verificação dos padrões de qualidade técnica aplicados ao processo fabril da carabina (plataforma *bullpup*, multicalibre NATO), será exigida, na fase de habilitação, a apresentação dos documentos a seguir.

3.1.1.2. Os laudos deverão ser emitidos por banco(s) de prova(s) ou laboratório(s) independente(s) acreditado(s) nacional e/ou internacionalmente, ou, alternativamente, comprovação de que pelo menos um órgão governamental (militar ou policial) tenha testado o armamento<sup>15</sup>, do mesmo modelo e calibre (admitidas variações de comprimento de cano e de regime de tiro semiautomático/automático), com testes mínimos descritos no Anexo I-C e em conformidade com as normas de referência do item 3.1.2.

### 3.1.2. Normas de referência

3.1.2.1. **MIL-STD-810G** — Environmental Engineering Considerations and Laboratory Tests (31 Oct 2008);

3.1.2.2. **NATO AC/225 (LG/3-SG/1) D/14 + DISTR LG/3** — Evaluation Procedures for Future NATO Small Arms Weapon Systems (e correlatas)<sup>16</sup>;

3.1.2.3. **US Army TOP 3-2-045** — Small Arms – Hand and Shoulder Weapons and Machineguns (17 Sep 2007)<sup>17</sup>.

### 3.1.3. Vida útil do cano

<sup>15</sup> Teste de metrologia e características gerais; Teste de intercambialidade; Teste de tiro; Teste de precisão; Teste de cook-off; Teste de força na puxada do gatilho; Teste de queda; Teste de submersão em água; Testes de operação básica e funcionalidade; Teste de operação em lama e Teste de operação em areia.

<sup>16</sup> Ref.1 AC/225(LG/3-SG/1)D/14, Evaluation Procedures for Future NATO Small Arms Weapon, Systems, 6 July 2001, Ref.2 AC/225(DSS)DS(2018)0002, Meeting of LCGDSS Fall 2018, 26 October 2018.

<sup>17</sup> Test Operations Procedure (TOP) 3-2-045 Small Arms - Hand and Shoulder Weapons and Machineguns, U.S. ARMY DEVELOPMENTAL TEST COMMAND, 17-09-2007.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



3.1.3.1. Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou por laboratório(s) independente(s) acreditado(s), atestando vida útil mínima do cano de 20.000 (vinte mil) disparos, para o mesmo modelo e calibre ofertados.

**3.1.4. Optrônicos (miras e magnificadores)**

3.1.4.1. Laudo(s) emitido(s) por banco(s) de prova(s) ou por laboratório(s) independente(s) acreditado(s), comprovando que os optrônicos (miras e magnificadores) atendem, minimamente, à MIL-STD-810G nos métodos:

3.1.4.1.1. *Immersion* (Imersão) — Método 512.5, profundidade mínima: 10 m;

3.1.4.1.2. *Vibration* (Vibração) — Método 514.6;

3.1.4.1.3. *Shock* (Choque) — Método 516.6;

3.1.4.1.4. *Rain* (Chuva) — Método 506.5;

3.1.4.1.5. *High Temperature* (Altas temperaturas) — Método 501.5;

3.1.4.1.6. *Low Temperature* (Baixas temperaturas) — Método 502.5;

3.1.4.1.7. *Sand and Dust* (Areia e poeira) — Método 510.5;

3.1.4.1.8. *Salt Fog* (Névoa salina) — Método 509.5;

3.1.4.1.9. *Temperature Shock* (Choque de temperatura) — Método 503.5.

3.1.5 Será exigida, na fase de habilitação, em conformidade ao descrito no Anexo I-A, deste Termo de Referência, a apresentação de certificação de Controle de Qualidade da linha e dos processos de produção da empresa fornecedora, emitido por organismo idôneo e independente, certificando que a empresa dispõe de um Sistema de Qualidade para testar, desenhar, desenvolver e fabricar armas implementado de acordo com as normas da série ISO (International Organization for Standardization) ou correspondente à tal norma;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



3.1.6 Para verificação da regularidade de comercialização e operacionalidade da arma que será fornecida, será exigida na fase de habilitação a apresentação dos seguintes documentos, todos válidos, sem nenhuma ressalva técnica ou jurídica:

3.1.6.1 Para empresa brasileira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização por intermédio de Relatório Técnico Experimental (RETEX) emitido pelo Exército Brasileiro;

3.1.6.2 Para empresa estrangeira, comprovação de autorização de fabricação e comercialização, ou o documento equivalente ao Relatório Técnico Experimental (RETEX) supracitado, por meio de documento emitido por Órgão Oficial do país de origem;

3.1.6.3 Em ambos os casos (empresa nacional ou estrangeira), deverão apresentar a comprovação de autorização de fabricação e

3.1.6.3.1 emitidos há pelo menos 12 (doze) meses antes da data de abertura do certame, da mesma marca e modelo.

3.1.6.4 Outras conforme descrito nos itens deste termo.

3.1.7 Observações:

3.1.7.1 O aproveitamento de testes não poderá ocorrer em parte, somente no todo, podendo os documentos revelarem testes de capacidade superior ao exigido pela PMES.

3.1.7.2 Havendo condições, a PMES se reserva o direito de realizar um ou mais testes previstos neste Termo, mesmo que de modo complementar, devendo os procedimentos serem previamente informados ao respectivo licitante, bem como devidamente registrados (inclusive em meio audiovisual), visando a documentação constar nos autos, para plena consulta na forma da Lei.

3.1.7.3 Cabe ressaltar que o produto que não detiver os certificados ou laudos exigidos em edital terá como consequência a desclassificação da proponente.

3.1.7.4 A contratada deverá garantir, mediante declaração oficial a ser encartada aos respectivos autos, que as amostras apresentadas para os testes foram representativas das demais carabinas que serão entregues e que foram produzidas na mesma linha de produção a ser utilizada pelas armas do contrato.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



ANEXO I-D: MODELO DE PROPOSTA PARA MATERIAL NACIONAL OU  
NACIONALIZADO

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

À

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Maruípe, 2.111, São Cristóvão

Vitória/ES

CEP 29.048-463.

**Processo n.º 2025-PQ04F**

(Nome/Razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ N.º \_\_\_\_\_ (aplicável  
somente a empresa brasileira ou estrangeira com autorização para funcionar no  
Brasil), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)  
\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade n.º  
\_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, apresenta proposta  
para:

Moeda da Proposta: \_\_\_\_\_

Item: NCM <sup>18</sup> : <b>9301.90.00</b> Descrição completa do equipamento: País de origem: Fabricante: Marca: Modelo: Código do catálogo:	
(A) Quantidade (B) Valor unitário sem impostos em R\$ Valor unitário sem impostos em U\$/EURO	

<sup>18</sup> As submetralhadora e carabinas, classificados com a NCM 9301.90.00, estão listados na Categoria I, Armas de Fogo (inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios, da Lista de Produtos de Defesa (Liprobe), que é aprovada pela Portaria SEPROD/SG-MD N.º 4023 DE 01/12/2020

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



Câmbio Ptax <sup>19</sup> Venda (R\$) no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.	
(C) PIS <sup>20</sup> (R\$) = B x 2,10%	
(D) COFINS <sup>21</sup> (R\$) = B x 9,65%	
(E) IPI <sup>22</sup> (R\$) = D x IPI% Item 1 = 0%	
(F) ICMS <sup>23</sup> (R\$) = [(B+C+D+E) / (1/25%)] x 25%	
(G) Valor unitário com impostos (R\$) = (B + C + D + E + F)	
(H) Valor total com impostos <sup>24</sup> (R\$) = (A x G)	

1. O valor total da proposta é de R\$ \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso)
2. Esta proposta é válida por 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação. (Não serão aceitas propostas com prazo inferior ao estabelecido em TR)
3. Prazo de entrega: \_\_\_\_\_

<sup>19</sup> A partir de 1/7/2011, é a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia, conforme Circulares 3506, de 23/9/10, e 3537, de 25/5/11. Até 30/6/2011, é a taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado N. 6815/99.

<sup>20</sup> PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento.

<sup>21</sup> PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento.

<sup>22</sup> O Imposto sobre produtos industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento. A isenção prevista na Solução de Consulta Disit/SRRF04 nº 4014, de 08 de abril de 2025, está vinculada a soluções de consulta anteriores (COSIT nº 123, de 29 de setembro de 2020; nº 4, de 15 de fevereiro de 2022; e nº 10, de 21 de março de 2022) se aplica aos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e abrange veículos para patrulhamento, aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, além de armas e munições.

<sup>23</sup> O item está elencado nas listas específicas de bens sujeitos à alíquota diferenciada de 25% (como armas de fogo, munições, bebidas alcoólicas, perfumes, cigarros, veículos automotores, entre outros, conforme previsto nos anexos da legislação estadual), aplica-se, portanto, à sua importação a alíquota do ICMS no Estado do Espírito Santo, qual seja, 25%, conforme a Lei Estadual nº 7.000/2001.

<sup>24</sup> Valor total de referência para contratação. Os licitantes devem detalhar a proposta conforme modelo, visando possibilitar ajustes no valor do contrato e pagamento, conforme alíquotas incidentes após o faturamento.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4. Forma de pagamento: \_\_\_\_\_
5. Garantia: \_\_\_\_\_
6. Declaramos que os preços ofertados englobam as despesas com material, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais, fretes, transportes, seguros, embalagens, tributos incidentes, isenções (imunidades), e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta contratação e que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não se podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
7. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Termo de Referência, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no Termo de Referência.
8. Declaramos ter ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.
9. Declaramos que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
10. Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência.
11. Declaramos que será disponibilizada infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional, conforme exigido no Termo de Referência.
12. Declaramos que, na execução do contrato, adotaremos as práticas de sustentabilidade estabelecidas no Termo de Referência.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



13. Conforme Art. 12 da [Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997](#), o item deste certame é isento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

14. Proposta em Dólar ou Euro: Câmbio PTAX Venda (R\$) no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>).

Acompanha esta proposta documento comprovando que o armamento oferecido nesta proposta é empregado nas instituições militares/de segurança pública \_\_\_\_\_, consoante exigido neste Termo de Referência.

Dados da empresa:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



E-mail: \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



**ANEXO I-E: MODELO DE PROPOSTA PARA EQUIPAMENTO IMPORTADO**

(preferencialmente em papel timbrado da empresa)

À

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Avenida Maruípe, 2.111, São Cristóvão

Vitória/ES

CEP 29.048-463.

**Processo n.º 2025-PQ04F**

(Nome/Razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ N.º \_\_\_\_\_ (aplicável somente a empresa brasileira ou estrangeira com autorização para funcionar no Brasil), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, apresenta proposta para a aquisição do objeto descrito na tabela abaixo, de acordo com todas as especificações e condições do Termo de Referência:

Moeda da Proposta: \_\_\_\_\_

Item: NCM <sup>25</sup> : <b>9301.90.00</b> Descrição completa do equipamento: País de origem: Fabricante: Marca: Modelo: Código do catálogo:	
(A) Quantidade total (unidade)	
(B) Valor aduaneiro unitário (US\$ ou EURO)	

<sup>25</sup> As submetralhadora e carabinas, classificados com a NCM 9301.90.00, estão listados na Categoria I, Armas de Fogo (inferiores à .50" ou 12 GA ou 12,7 mm) e suas partes e acessórios, da Lista de Produtos de Defesa (Liprode), que é aprovada pela Portaria SEPROD/SG-MD N.º 4023 DE 01/12/2020



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



<b>(C)</b> Câmbio Ptax <sup>26</sup> Venda (R\$) no fechamento de 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (R\$).	
<b>(D)</b> Valor aduaneiro unitário convertido <sup>27</sup> (R\$) = B x C	
<b>(E)</b> PIS <sup>28</sup> (R\$) = B x 2,10%	
<b>(F)</b> COFINS <sup>29</sup> (R\$) = B x 9,65%	
<b>(G)</b> IPI <sup>30</sup> (R\$) = D x IPI% Item 1 = 0%	
<b>(H)</b> Custo unitário de outras despesas <sup>31</sup> (R\$)	
<b>(I)</b> ICMS <sup>32</sup> (R\$) = [(D+E+F+G+H) / (1/25%)] x 25%	

<sup>26</sup> A partir de 1/7/2011, é a média aritmética das taxas de compra e das taxas de venda dos boletins do dia, conforme Circulares 3506, de 23/9/10, e 3537, de 25/5/11. Até 30/6/2011, é a taxa média ponderada dos negócios realizados no mercado interbancário de câmbio com liquidação em dois dias úteis, calculada pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado N. 6815/99.

<sup>27</sup> O Valor Aduaneiro Unitário Convertido corresponde ao preço unitário do produto apresentado em moeda estrangeira após a conversão para moeda brasileira (o Real). (Fonte: <http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/glossario.html>)

<sup>28</sup> PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento, conforme consulta ao sítio eletrônico <https://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/BuscaNCM.jsp>.

<sup>29</sup> PIS e COFINS são tributos de competência federal para financiamento da seguridade social. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento, conforme consulta ao sítio eletrônico <https://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/BuscaNCM.jsp>.

<sup>30</sup> O Imposto sobre produtos industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros. Divergências de alíquotas serão apuradas no momento do faturamento. A isenção prevista na Solução de Consulta Disit/SRRF04 nº 4014, de 08 de abril de 2025, está vinculada a soluções de consulta anteriores (COSIT nº 123, de 29 de setembro de 2020; nº 4, de 15 de fevereiro de 2022; e nº 10, de 21 de março de 2022) se aplica aos órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal e abrange veículos para patrulhamento, aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, além de armas e munições.

<sup>31</sup> No campo Outras Despesas deverá ser informado o custo unitário relacionado a serviços que não compõem o valor aduaneiro, e devem ser compatíveis com os valores praticados no mercado, sendo necessário discriminá-los individualmente, tais como: abertura de carta de crédito, desembaraço, armazenagem, capatazia, estiva e arqueação, frete interno, seguro interno, incluindo outros impostos e taxas permanentes.

<sup>32</sup> O item está elencado nas listas específicas de bens sujeitos à alíquota diferenciada de 25% (como armas de fogo, munições, bebidas alcoólicas, perfumes, cigarros, veículos automotores, entre outros, conforme previsto nos anexos da legislação estadual), aplica-se, portanto, à sua importação a alíquota do ICMS no Estado do Espírito Santo, qual seja, 25%, conforme a Lei Estadual nº 7.000/2001.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



<b>(J)</b> Valor unitário equalizador <sup>33</sup> (R\$) = D + E + F + G + H + I <b>valor de referência para cadastramento da proposta e fase de lances</b>	
<b>(K)</b> Valor total equalizador (R\$) = A x J <b>valor de referência para cadastramento da proposta e fase de lances</b>	
<b>(L)</b> Valor unitário contratado <sup>34</sup> (R\$) = D + H <b>valor de referência na celebração do contrato</b>	
<b>(M)</b> Valor total contratado <sup>35</sup> (R\$) = A x L <b>valor de referência na celebração do contrato</b>	

1. Valor total da proposta equalizada é de R\$ \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso)
2. Valor total da proposta, em Reais, para fins de referência na celebração do contrato: R\$ \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso)
3. Valor total da proposta, na moeda estrangeira escolhida, para fins de referência na celebração do contrato: US\$/EURO \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso)
4. Esta proposta é válida por **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. (Não serão aceitas propostas com prazo inferior ao estabelecido em TR) e) Prazo de entrega: \_\_\_\_\_
5. Forma de pagamento: \_\_\_\_\_
6. Garantia: \_\_\_\_\_

<sup>33</sup> O Valor Unitário equalizado, correspondente ao somatório de todos os custos unitários identificados para o produto que oneram o órgão licitante. Valor unitário da proposta a ser cadastrado pelos licitantes no sistema compras.gov.br, servindo de referencial na fase de disputa.

<sup>34</sup> O Valor Unitário de referência na celebração do contrato.

<sup>35</sup> Os licitantes devem detalhar a proposta conforme este modelo, visando possibilitar ajustes no valor do contrato e pagamento, conforme alíquotas incidentes após o faturamento.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



7. Declaramos que os preços propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais. Isso abrange todas as despesas necessárias para o desembaraço aduaneiro, como taxas, tarifas e impostos relacionados a licença de importação, desembaraço, descarregamento do veículo transportador, armazenagem alfandegária, capatazia, despesas aeroportuárias e fretes. Também estão incluídos os custos com manuseio de carga, inclusive serviços de terceiros ou mão de obra, devidos no país de origem ou no Brasil. Qualquer outro custo que incida direta ou indiretamente sobre o objeto licitado, incluindo a classificação adequada na Nomenclatura Comum do Mercosul/Tarifa Externa Comum (NCM)/TEC com seu respectivo destaque, já está computado. A omissão de qualquer despesa ou custo necessário para a perfeita execução deste contrato será interpretada como inexistente ou já incluída nos preços, não sendo possível pleitear acréscimos após a entrega da proposta.
8. Se o preço final registrado na Ata de licitação considerar algum benefício tributário decorrente de previsão legal ou de uma situação específica do órgão gerenciador, e esse benefício não puder ser aproveitado pelos órgãos aderentes, ou se estes tiverem situações específicas que lhes deem direito a um benefício fiscal não incluído na proposta, o preço final poderá ser ajustado. Tal ajuste será feito em comum acordo entre o fornecedor e os órgãos aderentes, correspondendo ao valor do benefício tributário.
9. Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Termo de Referência, bem como que na nossa proposta os valores apresentados englobam todos os custos a cargo da contratada, que venham a onerar o objeto desta licitação, descritos no Termo de Referência.
10. Declaramos ter ciência de que a omissão de qualquer despesa ou custo necessário à perfeita execução do objeto desta contratação será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo pleitear quaisquer acréscimos após a entrega da proposta.

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



11. Declaramos que a proposta apresentada atende integralmente às especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
12. Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência.
13. Declaramos que será disponibilizada infraestrutura de suporte e assistência técnica em âmbito nacional, conforme exigido no Termo de Referência.

Acompanha esta proposta documento comprovando que o armamento oferecido nesta proposta é empregado nas \_\_\_\_\_ ins tuições militares/de \_\_\_\_\_ segurança pública \_\_\_\_\_, consoante exigido neste Termo de Referência.

Dados da empresa:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_

Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Representante (s) legal (is) com poderes para assinar o contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**ANEXO I-F: MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO EQUIVALENTE**

EDITAL Nº \_\_\_\_/2026

Prezados Senhores,

A *(denominação da razão social da LICITANTE)*, declara, em atendimento ao EDITAL e sob as penas da lei, que os documentos abaixo indicados, exigidos na LICITAÇÃO, não possuem documento equivalente no seu país de origem.

Documento exigido no EDITAL que não possui	Item do edital em que o documento é exigido

A empresa *(denominação da razão social da LICITANTE)* declara que está ciente da responsabilidade civil e criminal decorrente da não veracidade das informações prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação atual real.

Local, [•] de [•] de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) ou procurador(es) da LICITANTE individual estrangeira ou da empresa estrangeira integrante de consórcio)

*\*Não é necessário o reconhecimento de firma.*



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



## ANEXO I-G: ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE TESTES

### 1. Finalidade

1.1. Este Anexo estabelece as atribuições, responsabilidades e regras de funcionamento da Comissão de Testes, de caráter estritamente técnico, designada para supervisionar, auditar, documentar e validar os resultados dos Testes de Amostra previstos no Termo de Referência e em seus anexos correlatos.

1.2. A Comissão atua com competência exclusiva para validação técnica dos resultados dos Testes de Amostra, sem prejuízo das competências do Agente de Contratação/Pregoeiro e da autoridade competente quanto às decisões administrativas do certame.

### 2. Natureza e escopo de atuação

2.1. A atuação da Comissão limita-se ao escopo técnico dos Testes de Amostra, abrangendo, entre outros:

- a) verificação das condições técnicas e logísticas do local de testes (sede da fabricante ou laboratório indicado), conforme requisitos do TR;
- b) acompanhamento e auditoria dos procedimentos de ensaio e medições;
- c) registro e controle de evidências e ocorrências;
- d) consolidação de dados e emissão de parecer técnico conclusivo.

2.2. É vedado à Comissão:

- a) negociar condições comerciais, prazos de fornecimento, preços ou vantagens;
- b) alterar especificações e critérios de aceitação previstos no TR;
- c) autorizar substituição de amostras, componentes ou munições fora das condições previstas, salvo quando expressamente admitido no TR e formalizado nos registros do teste;
- d) praticar atos decisórios típicos do julgamento administrativo do certame (competência do Agente de Contratação/Pregoeiro e autoridade competente).

### 3. Designação e composição

3.1. A Comissão de Testes, designada neste instrumento convocatório, deverá ser composta obrigatoriamente por 04 (quatro) militares estaduais, oriundos da equipe de

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



planejamento e do setor requisitante, Divisão de Material Bélico (DLOG/3), com a seguinte composição funcional:

- Presidente: Chefe da DLOG/3;
- Secretário: Equipe Técnica da DLOG/3;
- Membro: Equipe Técnica da DLOG/3 e/ou Oficina de Armas;
- Membro: Equipe Técnica da DLOG/3 e/ou Oficina de Armas.

#### **4. Competências gerais da comissão**

Compete à Comissão de Testes, de forma geral:

4.1. Planejar tecnicamente a execução dos Testes de Amostra, com base no TR e anexos, definindo checklists, formulários e instrumentos de registro.

4.2. Receber e analisar, para fins de testagem, as informações de agendamento do local/data/horário encaminhadas pela licitante vencedora provisória, na forma e prazos do TR, realizando o alinhamento operacional necessário com vistas à execução integral dos testes.

4.3. Verificar e registrar a conformidade do ambiente de testes (instalações e equipamentos mínimos requeridos), bem como a disponibilidade de recursos indispensáveis à execução dos ensaios previstos.

4.4. Conduzir e/ou acompanhar os testes de forma exclusiva, observando as condições gerais estabelecidas no TR (incluindo caráter público da sessão), zelando pela segurança e pela integridade dos participantes e do material.

4.5. Controlar e registrar a presença de representantes (inclusive de demais licitantes), quando facultada, garantindo disciplina, segurança, isonomia, e não interferência na execução e coleta de dados, nos termos do TR.

4.5.1 Poderá ser limitada a presença a apenas 1 (um) representante dos demais licitantes, conforme diretrizes do local a ser definido.

4.6. Auditar a coleta de dados realizada durante os ensaios, assegurando rastreabilidade, consistência metrológica e integridade documental.

4.7. Registrar incidentes, não conformidades e ocorrências, inclusive falhas funcionais, variações, interrupções e quaisquer eventos relevantes para a validação do resultado.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.8. Documentar evidências (relatórios, registros fotográficos quando pertinente, planilhas de controle, medições, atas e assinaturas).

4.9. Emitir Parecer Técnico Conclusivo, com recomendação objetiva quanto à conformidade ou desconformidade da amostra com as especificações do TR, encaminhando-o ao setor responsável para juntada aos autos e divulgação aos licitantes, na forma prevista no instrumento convocatório.

4.10. Resguardar a publicidade dos atos e a transparência do procedimento, sem prejuízo de eventual tratamento de informações sensíveis, quando houver previsão contratual/administrativa.

### **5. Atribuições específicas por função**

#### **5.1. Presidente da Comissão**

Compete ao Presidente:

- a) coordenar, orientar e supervisionar tecnicamente todas as atividades da Comissão;
- b) assegurar o cumprimento estrito do TR, anexos e dos critérios objetivos de aceitação;
- c) dirimir dúvidas técnicas operacionais durante os testes, sem inovar em requisitos;
- d) determinar medidas de segurança e disciplina necessárias à condução dos trabalhos da Comissão de Testes;
- e) autorizar, quando cabível e previsto, pausas, reinícios e registros de interrupções, garantindo documentação formal;
- f) assinar atas, termos, *checklists* e o Parecer Técnico Conclusivo;
- g) representar a Comissão perante a Administração e interlocutores institucionais, mantendo a atuação restrita ao aspecto técnico.
- h) Indicar, dentre os membros mais antigos da Comissão de Testes, o Secretário da Comissão.

#### **5.2. Secretário da Comissão**

Compete ao Secretário:

- a) organizar e manter o dossiê de testagem, com numeração, datas, responsáveis e anexos técnicos;
- b) lavrar ata de instalação da sessão, registros de execução, ocorrências e encerramento;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- c) consolidar formulários de medições, planilhas de incidentes e registros metrológicos;
- d) registrar, quando aplicável, a lista de presença de participantes e representantes;
- e) preparar minutas e versões finais do Parecer Técnico, colhendo assinaturas e rubricando páginas quando necessário;
- f) providenciar o encaminhamento formal do Parecer e anexos ao setor responsável pela condução do certame, para juntada aos autos e divulgação.

### 5.3. Membros da Comissão

Compete aos Membros:

- a) executar e/ou conferir medições, desmontagens, inspeções e verificações técnicas atribuídas pela Presidência, conforme itens do TR;
- b) operar ou acompanhar instrumentos de medição e ensaio, verificando registros e apontando consistências e inconsistências;
- c) registrar não conformidades e ocorrências técnicas, com descrição objetiva e indicação do impacto no critério de aceitação;
- d) apoiar a coleta de dados e evidências, preservando rastreabilidade;
- e) contribuir tecnicamente para a redação do Parecer, especialmente em tópicos de armaria, funcionamento, segurança e manutenção.

## 6. Regras de funcionamento e conduta

6.1. Quórum: as atividades de testagem deverão ocorrer com a presença mínima de 03 (três) integrantes, sendo obrigatória a presença do Presidente. É obrigatória a presença dos 04 (quatro) integrantes em todos os testes críticos.

6.2. Deliberação técnica: o resultado técnico será consolidado pela Comissão com base em critérios objetivos do TR. Havendo divergência, deverá ser consignada em ata a posição técnica divergente, com justificativa, preservando transparência e motivação.

6.2.3 O Agente de Contratação poderá acompanhar a realização dos testes, para fins de condução procedimental do certame, registro em ata e adoção das providências necessárias ao regular andamento da licitação, sem prejuízo da competência técnica da



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



Comissão, que emitirá relatório técnico fundamentado e conclusivo quanto ao atendimento dos requisitos e critérios objetivos previstos no instrumento convocatório<sup>36</sup>.

6.3. Segurança e controle de acesso: por se tratar de objeto controlado e atividade de risco inerente, a Comissão deverá:

- a) estabelecer e fazer cumprir orientações de segurança do local;
- b) controlar áreas de acesso e permanência de terceiros;
- c) interromper o teste caso identifique condição insegura, registrando o motivo e as providências adotadas.

6.4. Sessão pública: sendo facultada a presença de representantes de licitantes, a Comissão deverá garantir:

- a) não interferência na execução e coleta de dados;
- b) disciplina e ordem no ambiente;
- c) registro de presença, quando aplicável;
- d) manutenção do rito e das definições do TR, independentemente do local escolhido para os testes.
- e) quem incorrer em alguma das faltas acima terá seu acesso suspenso aos testes e os fatos registrados na Ata, pelo Secretário da Comissão, com a confirmação de no mínimo 3 (três) testemunhas.

## **7. Registros, evidências e produtos gerados**

7.1. A Comissão deverá produzir e assinar, no mínimo:

- a) Ata de Instalação da sessão de testes;
- b) Registros de medições e verificações (metrologia, dimensões, massa, etc.), conforme aplicável;
- c) Planilha/Registro de Incidentes e Ocorrências, com indicação de data/hora, descrição e enquadramento no critério do TR;
- d) Ata de Encerramento;

---

<sup>36</sup> Ressalta-se que o acompanhamento pelo Agente de Contratação não implica substituição da avaliação técnica: a Comissão/Banca de Testes permanece responsável pela execução dos testes e emissão de relatório técnico conclusivo, cabendo ao Pregoeiro/Agente de Contratação adotar as providências procedimentais e decidir no âmbito do julgamento com base nos critérios do edital e nos registros/relatório técnico.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



e) Parecer Técnico Conclusivo, contendo: metodologia aplicada (conforme TR), síntese objetiva dos resultados por teste, não conformidades, evidências e conclusão pela conformidade/desconformidade.

7.2. Todos os documentos e evidências devem permitir rastreabilidade, incluindo identificação da amostra (quando aplicável), condições do teste e responsáveis pelos registros.

## **8. Interface com a licitante e demais participantes**

8.1. Caberá à Comissão:

- a) informar necessidades técnicas e de acesso, para viabilizar execução integral dos testes previstos;
- b) receber instrução prévia do fabricante, quando aplicável e sem prejuízo da independência, registrando-a em ata quando relevante;
- c) fiscalizar o cumprimento das responsabilidades da licitante quanto a suportes e condições previstas no TR (estrutura, equipamentos, munições, recursos humanos de apoio e demais ônus);
- d) limitar e controlar qualquer auxílio operacional de terceiros, desde que não comprometa segurança, integridade dos testes e isonomia.

8.2. A Comissão atua exclusivamente como órgão técnico da Administração para fins de validação dos testes.

## **9. Disposições finais**

9.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão sob direção do Presidente, sempre com base no TR e anexos, vedada a criação de novos requisitos de aceitação.

9.2. Este Anexo integra o Termo de Referência para todos os fins e efeitos.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**ANEXO I-H: ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**  
**(CGP)**

**1. Finalidade**

**1.1.** Este Anexo estabelece as atribuições, responsabilidades e regras de funcionamento da Comissão de Recebimento Provisório, exercida pela Comissão de Gestão Patrimonial (CGP) da DLOG/3, de caráter estritamente técnico-operacional, designada para supervisionar, auditar, documentar e validar o recebimento provisório e a entrega técnica do armamento, bem como a execução dos ensaios previstos no ANEXO I-I: Plano de Ensaios de Recebimento (PER).

**1.2.** A Comissão atua com competência exclusiva para a validação técnica e patrimonial do recebimento provisório, sem prejuízo das competências do Gestor e do(s) Fiscal(is) do contrato e da autoridade competente quanto às decisões administrativas, liquidação, pagamento, sanções e demais atos de gestão contratual.

**2. Natureza e escopo de atuação**

**2.1.** A atuação da Comissão limita-se ao escopo do recebimento provisório e entrega técnica do material contratado, abrangendo, entre outros:

- a) planejamento do recebimento, com base no Termo de Referência, contrato e anexos correlatos, em especial o PER (ANEXO I-I);
- b) verificação sumária do material no ato da entrega (quantitativo, marca, modelo, identificação e demais elementos constantes na documentação fiscal);
- c) seleção de amostras conforme o Plano de Amostragem do PER, assegurando rastreabilidade por número de série;
- d) acompanhamento, condução e/ou auditoria técnica dos ensaios e verificações de recebimento previstos no PER;
- e) conferência de acessórios, itens de apoio, instrumentos e documentos obrigatórios, bem como evidências de rastreabilidade (incluindo, quando aplicável, identificação indelével e dispositivos de rastreio);
- f) registro e controle de evidências, ocorrências, não conformidades, interrupções e eventos relevantes;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



g) emissão de Laudo de Exame e Verificação (LEV), com conclusão objetiva quanto à conformidade/desconformidade do lote (ou sublote).

**2.2. É vedado à Comissão:**

- a) negociar condições comerciais, prazos, preços, vantagens ou quaisquer elementos típicos de relação negocial;
- b) alterar especificações, métodos, limites, critérios de aceitação ou parâmetros previstos no Termo de Referência, contrato e anexos (incluindo o PER);
- c) dispensar ensaios/etapas exigidas no PER ou “flexibilizar” exigências, salvo quando houver previsão expressa no TR/contrato, devidamente motivada e registrada;
- d) autorizar substituição de itens, amostras, componentes, acessórios ou insumos fora das condições contratuais, salvo quando expressamente prevista e formalizada;
- e) praticar atos decisórios típicos do recebimento definitivo, liquidação, pagamento ou aplicação de sanções, os quais competem às autoridades e agentes formalmente designados.

**3. Designação e composição**

**3.1.** A Comissão de Recebimento Provisório, de caráter estritamente técnico-operacional, deverá ser composta obrigatoriamente por 04 (quatro) militares estaduais, lotados na Divisão de Material Bélico (DLOG/3), observada a segregação entre coordenação/gestão e execução técnica, com a seguinte composição funcional:

- a) **Presidente:** 01 (um) representante da Chefia da Divisão e/ou da Gestão do Contrato;
- b) **Secretário:** 01 (um) integrante da Equipe Técnica ou da Gestão do Contrato designada para a confecção do ETP/TR;
- c) **Membro:** 01 (um) integrante da Equipe Técnica designada para a confecção do ETP/TR;
- d) **Membro:** 01 (um) integrante da Equipe Técnica/Oficina de Armas.

**3.1.1.** A presença de 01 (um) representante da Chefia/gestão do contrato se justifica para:

- a) assegurar a condução institucional do recebimento provisório, com autoridade funcional para coordenar a execução do PER, sem inovar requisitos;



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- b) garantir a aderência ao TR/contrato/anexos, especialmente quanto a prazos, formalidades, registros e encaminhamentos ao Fiscal/Gestor;
- c) responder pela coordenação, disciplina e segurança dos trabalhos, inclusive interrupções por risco, preservando integridade do procedimento;
- d) centralizar a interlocução formal com os atores administrativos (Fiscal, Gestor, setor competente), mantendo a Comissão restrita ao âmbito técnico-operacional.

**3.1.2.** A presença de secretário oriundo da equipe técnica/gestão do contrato se justifica para:

- a) assegurar a padronização de checklists, formulários e registros, preservando rastreabilidade por número de série;
- b) garantir a integridade documental do recebimento (atas, planilhas, relatórios, evidências), evitando lacunas formais;
- c) consolidar e organizar o dossiê técnico do lote/sublote, viabilizando auditoria e controle subsequentes;
- d) apoiar a Presidência na formalização de ocorrências, não conformidades e conclusões do Relatório de Recebimento Provisório ou equivalente.

**3.1.3.** A presença de membro da equipe técnica do ETP/TR se justifica para:

- a) aportar conhecimento direto sobre os requisitos técnicos mínimos e critérios de aceitação definidos no ETP/TR e anexos;
- b) executar e/ou conferir metrologia, inspeções e verificações com rigor técnico e consistência metodológica;
- c) reforçar a segregação de funções na execução de medições e validações (dupla checagem), reduzindo risco de erro material;
- d) contribuir com análise técnica das não conformidades e seu enquadramento nos critérios do TR/PER, sem discricionariedade indevida.

**3.2.4.** A presença de membro oriundo da Oficina de Armas/DLOG-3 se justifica para:

- a) prover expertise específica em armaria, funcionamento, manutenção e segurança, indispensável ao recebimento técnico;
- b) suportar verificações relacionadas a intercambialidade, inspeção de componentes, integridade e segurança operacional, nos limites do TR/PER;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- c) identificar sinais de inconsistência fabril e potenciais impactos na manutenção e no ciclo de vida do material;
- d) oferecer avaliação técnica especializada para subsidiar registros de ocorrência e recomendações objetivas no relatório.

#### **4. Competências gerais da Comissão**

**4.1** Compete à Comissão de Recebimento Provisório, de forma geral:

**4.1.1** Planejar tecnicamente o recebimento provisório e a entrega técnica por lote/sublote, com base no TR, contrato e anexos, definindo *checklists*, formulários, roteiros de registro e instrumentos de rastreabilidade, em conformidade com o PER.

**4.1.2.** Coordenar, com antecedência razoável, o alinhamento operacional para recebimento, incluindo local, data, horário, condições de segurança, recursos necessários e pontos de controle.

**4.1.3.** Verificar e registrar a conformidade das condições do local de recebimento/entrega técnica, das instalações e dos meios indispensáveis à execução dos ensaios previstos no PER.

**4.1.4.** Realizar o recebimento provisório de forma sumária no ato da entrega, registrando, no mínimo, a conferência de quantitativo, marca, modelo, identificação/numeração e compatibilidade com a documentação fiscal e contratual.

**4.1.5.** Selecionar e registrar as amostras do lote/sublote para ensaios, garantindo rastreabilidade por número de série e preservação de integridade do material e evidências.

**4.1.6.** Conduzir e/ou acompanhar os ensaios de recebimento previstos no PER, zelando pela segurança, integridade dos participantes, do material e pela fidelidade às condições e critérios de aceitação.

**4.1.7.** Auditar a coleta de dados durante inspeções e ensaios, assegurando rastreabilidade, consistência metrológica, integridade documental e reprodutibilidade de registros.

**4.1.8.** Registrar incidentes, não conformidades, falhas funcionais, variações, interrupções e quaisquer eventos relevantes à validação do recebimento.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**4.1.9.** Documentar evidências, incluindo atas, registros de medição, planilhas de controle, fotografias quando pertinente, listas de séries e assinaturas.

**4.1.10.** Emitir Relatório de Recebimento Provisório e Entrega Técnica (ou equivalente), com conclusão objetiva e recomendação técnica quanto à conformidade ou desconformidade do lote/sublote, encaminhando-o ao Fiscal/Gestor para subsidiar o recebimento definitivo e demais providências administrativas.

## **5. Atribuições específicas por função**

### **5.1. Presidente da Comissão**

Compete ao Presidente:

- a) coordenar, orientar e supervisionar tecnicamente as atividades da Comissão durante o recebimento provisório e entrega técnica;
- b) assegurar o cumprimento estrito do TR/contrato/anexos e dos critérios objetivos de aceitação previstos no PER;
- c) dirimir dúvidas técnico-operacionais, sem inovar em requisitos e sem alterar critérios;
- d) determinar e fazer cumprir medidas de segurança e disciplina necessárias ao recebimento e aos ensaios;
- e) autorizar, quando cabível, pausas e reinícios operacionais, assegurando registro formal das ocorrências;
- f) assinar atas, termos, *checklists* e o Relatório de Recebimento Provisório e Entrega Técnica;
- g) representar a Comissão perante a Administração e interlocutores institucionais, mantendo atuação restrita ao aspecto técnico-operacional;
- h) indicar, dentre os membros designados, o ME mais antigo na função o Secretário da Comissão, quando não definido em ato próprio.

### **5.2. Secretário da Comissão**

Compete ao Secretário:

- a) organizar e manter o dossiê do recebimento, com numeração, datas, responsáveis, anexos e registros técnicos;
- b) lavrar atas de instalação, execução, ocorrências e encerramento do recebimento;
- c) consolidar *checklists*, formulários de medição, registros de séries e planilhas de

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



ocorrências;

- d) registrar, quando aplicável, controle de presença e identificação de participantes estritamente necessários;
- e) preparar minutas e versões finais do Relatório, coletando assinaturas e rubricando páginas quando necessário;
- f) providenciar o encaminhamento formal do Relatório e anexos ao Fiscal/Gestor e ao setor competente para juntada aos autos.

### **5.3. Membros da Comissão**

Compete aos Membros:

- a) executar e/ou conferir medições, desmontagens, inspeções, verificações documentais e ensaios atribuídos pela Presidência, conforme TR e PER;
- b) acompanhar instrumentos de medição e ensaio, conferindo registros e apontando inconsistências;
- c) registrar não conformidades e ocorrências técnicas, com descrição objetiva e indicação do impacto no critério de aceitação;
- d) apoiar a coleta, preservação e organização de evidências, garantindo rastreabilidade;
- e) contribuir tecnicamente para a redação do Relatório, especialmente em tópicos de metrologia, funcionamento, segurança, rastreabilidade, acessórios e manutenção.

## **6. Regras de funcionamento e conduta**

**6.1. Quórum:** as atividades de recebimento provisório e entrega técnica deverão ocorrer com a presença mínima de 03 (três) integrantes, sendo obrigatória a presença do Presidente. Em etapas críticas definidas no PER é obrigatória a presença de toda a Comissão.

**6.2. Deliberação técnica:** o resultado técnico será consolidado pela Comissão com base em critérios objetivos do TR e do PER. Havendo divergência, deverá ser consignada em ata a posição divergente, com justificativa técnica.

**6.3. Segurança e controle de acesso:** por se tratar de objeto controlado e atividade de risco, a Comissão deverá:

- a) estabelecer e fazer cumprir orientações de segurança do local;
- b) controlar áreas de acesso e permanência de terceiros;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



c) interromper atividades quando identificar condição insegura, registrando motivo e providências.

**6.4. Integridade e rastreabilidade:** a Comissão deverá assegurar que toda unidade amostrada e todo dado coletado permite rastreio por no mínimo número de série, e, se possível, lote e registros correspondentes.

**7. Registros, evidências e produtos gerados**

**7.1.** A Comissão deverá produzir e assinar, no mínimo:

- a) Ata de instalação do recebimento;
- b) Checklist/registro de conferência sumária e documental do lote;
- c) Registro de amostragem com identificação dos números de série;
- d) Registros de medições e verificações, conforme PER;
- e) Planilha/Registro de Incidentes e Ocorrências, com data/hora, descrição e enquadramento no critério do TR/PER;
- f) Ata de encerramento;
- g) Relatório de Recebimento Provisório e Entrega Técnica, contendo metodologia aplicada (conforme TR/PER), síntese objetiva dos resultados por ensaio/verificação, não conformidades, evidências e conclusão pela conformidade/desconformidade.

**7.2.** Todos os documentos e evidências devem permitir rastreabilidade, preferencialmente, identificação do lote/sublote, unidades amostradas, condições de verificação e responsáveis pelos registros.

**8. Interface com a contratada**

**8.1.** Caberá à Comissão:

- a) informar necessidades técnicas e de acesso para viabilizar a execução integral do recebimento e dos ensaios previstos;
- b) fiscalizar o cumprimento das responsabilidades da Contratada quanto a suportes, condições, recursos e ônus previstos no TR/contrato;
- c) limitar e controlar auxílios operacionais de terceiros, quando indispensáveis, desde que não comprometam segurança, integridade do procedimento e rastreabilidade;
- d) notificar formalmente, por intermédio dos canais administrativos próprios, irregularidades e necessidades de correção/substituição previstas no TR/contrato.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



**8.2.** A Comissão atua exclusivamente como órgão técnico-operacional da Administração para fins de recebimento provisório e entrega técnica, não substituindo os atos formais de gestão e fiscalização contratual.

**9. Disposições finais**

**9.1.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão sob direção do Presidente, sempre com base no TR, contrato e anexos, vedada a criação de novos requisitos de aceitação.

**9.1.1.** A condução a que se refere o presente termo concerne ao rito de execução dos testes, sendo a responsabilidade pela calibração, operação dos equipamentos e validação do resultado incumbência da contratada.

**9.2.** Este Anexo integra o Termo de Referência e o Instrumento Convocatório para todos os fins e efeitos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



**ANEXO I-I: PLANO DE ENSAIOS DE RECEBIMENTO (PER) — GRUPO 1**

**1. Finalidade**

**1.1.** O presente Plano de Ensaios de Recebimento (PER) estabelece critérios, amostragem mínima, ensaios e regras de decisão para o recebimento provisório e a entrega técnica do GRUPO 1 deste Termo de Referência, com base:

- a) nas Especificações Técnicas aplicáveis ao Grupo 1; e
- b) nos Testes de Amostra e respectivos critérios de aceitação, os quais definem o padrão de conformidade a ser observado no recebimento.

**1.2.** Este PER será aplicado pela Comissão de Recebimento Provisório (CGP/DLOG-3), nos termos do ANEXO I-H.

**2. Definições e premissas**

**2.1. Lote de recebimento:** considera-se “lote” o conjunto de unidades, por item do Grupo 1, decorrente de contratos celebrados para fornecimento, para fins de recebimento provisório e entrega técnica, prevalecendo a forma definida no item 7 do Termo de Referência.

**2.2. Local e condições:** o recebimento provisório e a entrega técnica ocorrerão na sede fabril da contratada, com suporte integral da contratada quanto a logística, estada e provimento, sem ônus para a Administração, bem como com custeio dos ensaios e testes oficiais exigidos.

**2.3. Referência (“golden sample”):** o padrão comparativo do recebimento será:

- a) o atendimento aos mínimos/máximos das Especificações Técnicas do Grupo 1; e
- b) a manutenção de coerência com o modelo aprovado na fase de amostra, inclusive critérios de falhas e segurança.

**2.4. Critério de rejeição por segurança:** qualquer não conformidade crítica (segurança, identificação/rastreabilidade, intercambialidade e funcionamento) enseja rejeição do lote/sublote e abertura de diligência técnica, observadas proporcionalidade e razoabilidade.

**2.5. Abrangência por item:** a amostragem e os ensaios deste PER aplicam-se por item do Grupo 1, sempre com rastreabilidade por número de série.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### 3. Plano de amostragem

3.1. A seleção será aleatória/sistemática ao longo do lote (início–meio–fim), com registro dos números de série de todas as unidades amostradas.

### 3.2. Tabela de amostragem mínima — Grupo 1 (por lote/sublote de até 500 unidades)

Ordem	Ensaio / verificação	Percentual do lote	Mínimo por lote	Observações de aceitação
I	Conferência documental, identificação/rastreabilidade e acessórios	100%	—	Inspeção total (checklist) conforme TR e anexos.
II	Metrologia externa (massa e dimensões críticas)	0,6%	3	Comparar com Especificações Técnicas e padrão da amostra aprovada.
III	Metrologia interna (desmontagem/inspeção/medição de peças-chave)	0,6%	3	Foco em constância fabril e integridade de montagem em 1º escalão.
IV	Prova funcional não destrutiva	0,6%	3	Condições, metodologia e critérios de falhas conforme padrão aprovado na amostra.
V	Intercambialidade	1,2%	6	Deve assegurar 100% de intercambialidade, conforme padrão aprovado.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



VI	Segurança (queda)	0,6%	3	Aplicação condicional (1º lote e/ou mudança de processo/lote fabril; nos demais, verificação documental de identidade do modelo e do laudo aprovado).
----	-------------------	------	---	---

**3.3.** Se o lote de recebimento possuir quantidade inferior a 500 (quinhentas) unidades, aplicar-se-ão os mesmos percentuais previstos na tabela, respeitados os mínimos.

**3.3.1.** Se o lote de recebimento possuir quantidade superior a 500 (quinhentas) unidades, deverá ser fracionado em sublotes de até 500 (quinhentas) unidades, aplicando-se este PER a cada sublote.

**3.3.2.** Havendo sublote remanescente com quantidade inferior a 500 (quinhentas) unidades, aplicar-se-á a regra do item 3.3.

**3.3.3.** A Presidência da Comissão tem a prerrogativa de elevar o "mínimo por lote", desde que essa decisão seja fundamentada por uma justificativa clara e objetiva, a qual deverá ser formalmente registrada no relatório específico do teste.

**3.4. Implicações específicas:**

a) O Item 2 (Submetralhadora com acessórios) submete-se aos mesmos testes, atestados e laudos previstos para o item 1, acrescida a conferência integral dos acessórios respectivos.

b) A metodologia e critérios técnicos dos testes do Grupo 1 encontram-se detalhados no anexo específico de Testes de Amostra do TR, os quais definem o padrão objetivo a ser replicado no recebimento.

**4. Ensaios e critérios: Regra geral de registro**

**4.1.** O registro de todos os ensaios é obrigatório, devendo ser realizado em planilhas ou atas específicas. Preferencialmente, deve-se identificar o lote e sublote, sendo, contudo, indispensável o registro do número de série. O enquadramento das falhas deverá seguir os critérios estabelecidos no TR e no anexo de Testes de Amostra aplicável ao Grupo 1.

**5. Ensaios e critérios: Detalhamento**

**5.1. Conferência documental, identificação, rastreabilidade e acessórios**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**5.1.1.** Verificar, no mínimo:

- a) nota fiscal/*invoice*, *packing list*, relação de séries e identificação de marca/modelo;
- b) conformidade das marcações obrigatórias e elementos de rastreabilidade previstos no TR;
- c) entrega de carregadores, kits, cases/manuais e demais acessórios obrigatórios do respectivo item, conforme exigências técnicas do Grupo 1;
- d) demais documentos obrigatórios (certificados, catálogos, manuais e licenças), quando aplicável.

**5.1.2.** A verificação de itens elencados poderá ser efetuada por amostragem, se aplicável e desde que não comprometa rastreabilidade e segurança.

**5.1.3. Aceitação:** 100% de conformidade documental e de acessórios; não conformidades essenciais ensejam rejeição total/parcial, conforme regra de decisão.

**5.2. Metrologia**

**5.2.1. Objetivo:** comprovar que o lote mantém o padrão dimensional/massivo aprovado na amostra e atende aos limites do TR.

**5.2.2. Metrologia externa:**

- a) aferir massa e dimensões críticas conforme Especificações Técnicas do Grupo 1;
- b) registrar resultados e comparar com limites do TR e padrão da amostra aprovada;
- c) verificação de acabamento, ausência de rebarbas e integridade geral.

**5.2.3. Aceitação:** 100% das unidades amostradas conformes; variações relevantes ou indícios de alteração de processo/ferramental ensejam ampliação de amostra e/ou rejeição, conforme item 6.

**5.3. Ensaio de intercambialidade**

**5.3.1. Objetivo:** garantir 100% de intercambialidade, nos termos do padrão de amostra do TR.

**5.3.2. Procedimento:** execução conforme método e peças previstas no anexo de Testes de Amostra aplicável ao Grupo 1, com verificação funcional subsequente dentro dos critérios do TR.

**5.3.3. Aceitação:**

- a) 100% de intercambialidade; e

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



b) inexistência de montagem equivocada capaz de comprometer função/segurança.

**5.4. Prova funcional não destrutiva**

**5.4.1. Objetivo:** comprovar funcionamento em condições operacionais padrão, sem reproduzir ensaio destrutivo de durabilidade do teste de amostra.

**5.4.2. Parâmetros obrigatórios:**

- a) calibre/condição/critério de desempenho e falhas: os mesmos do Teste de Amostra e das definições do anexo de Testes de Amostra aplicável ao Grupo 1;
- b) munição, quantitativos e condições: conforme padrão aprovado na amostra e procedimento interno da Administração, executado por pessoal habilitado e em condições controladas;
- c) Quantitativo de disparos por arma ensaiada: no recebimento, fixam-se 1.000 (mil) disparos por amostra, como quantitativo reduzido em relação ao Teste de Amostra.
- d) Exclusivamente nesse teste o quantitativo de amostras definido no plano de amostras poderá ser reduzido a uma unidade.
- e) todos os registros deverão permitir rastreabilidade por número de série.

**5.4.3. Aceitação:**

- a) ausência de falha impeditiva; e
- b) falhas não impeditivas dentro de limite objetivo, tomando-se como referência o parâmetro do TR aplicável ao Grupo 1.

**5.4.4. Registro obrigatório:** série da arma, acessórios/carregadores utilizados quando aplicável, ocorrências e inspeção pós-ensaio.

**5.5. Queda**

**5.5.1. Regra de aplicação:**

- a) no primeiro lote recebido; e/ou
- b) sempre que houver mudança de lote de fabricação, alteração de processo, ou indício de não conformidade;
- c) nos demais lotes, substituir por verificação documental e identidade do modelo aprovado na amostra.

**5.5.2. Se aplicado fisicamente:** executar conforme procedimento do TR para o Grupo 1, inclusive altura e critérios de reprovação, por pessoal habilitado e em condições

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



controladas.

**5.5.3. Aceitação:** conforme critérios do TR aplicáveis ao Grupo 1 (ausência de ocorrência que comprometa segurança e funcionamento).

**6. Regras de decisão do lote**

**6.1.** Falha crítica em qualquer ensaio: rejeitar o lote (ou sublote), isolar material, lavrar relatório e instaurar diligência técnica.

**6.2.** Falhas metrológicas pontuais: ampliar amostra (dobrar uma vez). Persistindo, rejeitar lote/sublote e exigir substituição/correção.

**6.3.** Rastreabilidade/identificação/acessórios: rejeição imediata da(s) unidade(s) e, se caracterizada recorrência, rejeição do lote.

**7. Registros, evidências e produto gerado**

**7.1.** A Comissão deverá produzir e assinar, no mínimo:

- a) Ata de instalação do recebimento;
- b) checklist/registro de conferência sumária e documental do lote;
- c) registro de amostragem com identificação dos números de série;
- d) registros de medições e verificações;
- e) planilha/registro de incidentes e ocorrências;
- f) ata de encerramento;
- g) relatório de recebimento provisório e entrega técnica (ou equivalente), contendo metodologia aplicada, síntese por ensaio/verificação, não conformidades, evidências e conclusão.

**8. Disposições finais**

**8.1.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, sob direção do Presidente, com base no TR e anexos, vedada a criação de novos requisitos de aceitação.

**8.2.** Este Anexo integra o Termo de Referência para todos os fins e efeitos.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



**ANEXO I-J: PLANO DE ENSAIOS DE RECEBIMENTO (PER) — GRUPO 2**

**1. Finalidade**

**1.1.** O presente Plano de Ensaios de Recebimento (PER) estabelece critérios, amostragem mínima, verificações e regras de decisão para o recebimento provisório e a entrega técnica do GRUPO 2 deste Termo de Referência, com base:

- a) nas Especificações Técnicas aplicáveis ao Grupo 2; e
- b) nos Testes de Amostra, laudos e critérios de aceitação aplicáveis ao item, os quais definem o padrão de conformidade a ser observado no recebimento.

**1.2.** Este PER será aplicado pela Comissão de Recebimento Provisório (CGP/DLOG-3), nos termos do ANEXO I-H.

**2. Definições e premissas**

**2.1. Lote de recebimento:** considera-se “lote” o conjunto de unidades, por item do Grupo 2, decorrente de contratos celebrados para fornecimento, para fins de recebimento provisório e entrega técnica, prevalecendo a forma definida no item 7 do Termo de Referência.

**2.2. Local e condições:** o recebimento provisório e a entrega técnica ocorrerão na sede fabril da contratada, com suporte integral da contratada quanto a logística, estada e provimento, sem ônus para a Administração, bem como com custeio dos ensaios e testes oficiais exigidos, quando aplicável.

**2.3. Referência (“golden sample”):** o padrão comparativo do recebimento será:

- a) o atendimento aos mínimos/máximos das Especificações Técnicas do Grupo 2; e
- b) a manutenção de identidade e coerência com o modelo aprovado na fase de amostra e com os documentos técnicos exigidos no TR (laudos/atestados/certificações).

**2.4. Critério de rejeição por segurança:** qualquer não conformidade crítica (segurança, identificação/rastreabilidade, integridade, compatibilidade de acessórios e funcionamento) enseja rejeição do lote/sublote e abertura de diligência técnica, observadas proporcionalidade e razoabilidade.

**2.5. Abrangência por item:** a amostragem e as verificações deste PER aplicam-se ao item do Grupo 2, sempre com rastreabilidade por número de série.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



### 3. Plano de amostragem

3.1. A seleção será aleatória/sistemática ao longo do lote (início–meio–fim), com registro dos números de série de todas as unidades amostradas.

### 3.2. Tabela de amostragem mínima — Grupo 2

Ordem	Ensaio / verificação	Percentual do lote	Mínimo por lote	Observações de aceitação
I	Conferência documental, identificação/rastreabilidade e acessórios	100%	—	Inspeção total (checklist) conforme TR e anexos.
II	Metrologia externa (massa e dimensões críticas)	0,6%	3	Comparar com Especificações Técnicas e identidade do modelo aprovado.
III	Metrologia interna (inspeção/checagem de peças e acabamento)	0,6%	3	Foco em integridade construtiva, acabamento e consistência fabril.
IV	Verificação funcional não destrutiva (compatível com o recebimento)	0,6%	3	Verificação funcional e de segurança, por pessoal habilitado, conforme parâmetros do TR e documentação técnica.
V	Verificação de modularidade/compatibilidades (quando aplicável)	0,6%	3	Limita-se ao que estiver objetivamente previsto no TR e na documentação do fabricante.
VI	Robustez/choque/segurança (equivalente)	100%	—	Verificação documental dos laudos/atestados/certificações exigidos e confirmação de identidade do modelo entregue.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**3.3.** Se o lote de recebimento possuir quantidade inferior a 500 (quinhentas) unidades, aplicar-se-ão os mesmos percentuais previstos na tabela, respeitados os mínimos.

**3.3.1.** Se o lote de recebimento possuir quantidade superior a 500 (quinhentas) unidades, deverá ser fracionado em sublotes de até 500 (quinhentas) unidades, aplicando-se este PER a cada sublote.

**3.3.2.** Havendo sublote remanescente com quantidade inferior a 500 (quinhentas) unidades, aplicar-se-á a regra do item 3.3.

**3.3.3.** A Presidência da Comissão tem a prerrogativa de elevar o "mínimo por lote", desde que essa decisão seja fundamentada por uma justificativa clara e objetiva, a qual deverá ser formalmente registrada no relatório específico do teste.

**4. Ensaaios e critérios: Regra geral de registro**

**4.1.** O registro de todos os ensaios/verificações é obrigatório, devendo ser realizado em planilhas ou atas específicas. Preferencialmente, deve-se identificar o lote e sublote, sendo, contudo, indispensável o registro do número de série. O enquadramento das ocorrências deverá seguir os critérios estabelecidos no TR e nos documentos técnicos exigidos para o Grupo 2.

**5. Ensaaios e critérios: Detalhamento**

**5.1. Conferência documental, identificação, rastreabilidade e acessórios**

**5.1.1.** Verificar, no mínimo:

- a) nota fiscal/*invoice*, *packing list*, relação de séries e identificação de marca/modelo;
- b) conformidade das marcações obrigatórias e elementos de rastreabilidade previstos no TR;
- c) entrega integral dos acessórios previstos para o Grupo 2 (incluindo itens de mira, supressão/atenuação quando previstos, bandoleira, carregadores, *kits* e maletas/embalagens), bem como comprovação de compatibilidades;
- d) entrega e conformidade dos documentos exigidos (certificados, manuais, catálogos, laudos/atestados e licenças).

**5.1.2.** A verificação de itens elencados poderá ser efetuada por amostragem, se aplicável e desde que não comprometa rastreabilidade e segurança.



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**5.1.3. Aceitação:** 100% de conformidade documental e de acessórios; não conformidades essenciais ensejam rejeição total/parcial, conforme regra de decisão.

## **5.2. Metrologia**

**5.2.1. Objetivo:** comprovar que o lote atende ao padrão dimensional/massivo do item e mantém coerência com o modelo aprovado.

### **5.2.2. Metrologia externa:**

- a) aferir massa e dimensões críticas conforme Especificações Técnicas do Grupo 2;
- b) registrar resultados e comparar com limites do TR e identidade do modelo aprovado.
- c) inspeção/checagem de integridade, acabamento e consistência construtiva, conforme critérios objetivos do TR;
- d) verificação de ausência de corrosão, rebarbas e sobras de material, quando aplicável.

**5.2.4. Aceitação:** 100% das unidades amostradas conformes; indícios de alteração fabril relevante ou desconformidade ensejam ampliação de amostra e/ou rejeição, conforme item 6.

## **5.3. Verificação funcional não destrutiva**

**5.3.1. Objetivo:** confirmar funcionamento e segurança operacional do lote amostrado, em condições compatíveis com o recebimento na sede fabril, sem inovação de requisitos.

### **5.3.2. Parâmetros obrigatórios:**

- a) condições, critérios e registros: conforme TR, documentação técnica do fabricante e POP/procedimento interno da Administração, executado por pessoal habilitado e em condições controladas;
- b) Quantitativo de disparos por arma ensaiada: no recebimento, fixam-se 1.000 (mil) disparos por amostra, como quantitativo reduzido em relação ao Teste de Amostra.
- c) Exclusivamente nesse teste o quantitativo de amostras definido no plano de amostras poderá ser reduzido a uma unidade.
- d) todos os registros deverão permitir rastreabilidade por número de série.

**5.3.3. Aceitação:** ausência de condição que comprometa segurança e funcionamento, conforme critérios objetivos do TR.

## **5.4. Modularidade/compatibilidades (quando aplicável)**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**5.4.1. Objetivo:** confirmar presença e funcionalidade de características de modularidade/compatibilidades explicitamente previstas no TR (ex.: reversibilidades, interfaces e compatibilidades), sem extrapolar requisitos.

**5.4.2. Aceitação:** conformidade integral ao TR e aos documentos técnicos do fabricante.

**5.5. Robustez/choque/segurança**

**5.5.1. Objetivo:** comprovar, por documentação, que o modelo entregue atende aos laudos/atestados/certificações e normas referenciais exigidas no TR.

**5.5.2. Aceitação:** apresentação integral e validação dos documentos exigidos e confirmação de identidade do modelo entregue em relação à documentação apresentada.

**6. Regras de decisão do lote**

**6.1.** Falha crítica em qualquer verificação: rejeitar o lote (ou sublote), isolar material, lavrar relatório e instaurar diligência técnica.

**6.2.** Falhas metrológicas pontuais: ampliar amostra (dobrar uma vez). Persistindo, rejeitar lote/sublote e exigir substituição/correção.

**6.3.** Rastreabilidade/identificação/acessórios: rejeição imediata da(s) unidade(s) e, se caracterizada recorrência, rejeição do lote.

**7. Registros, evidências e produto gerado**

**7.1.** A Comissão deverá produzir e assinar, no mínimo:

- a) Ata de instalação do recebimento;
- b) checklist/registro de conferência sumária e documental do lote;
- c) registro de amostragem com identificação dos números de série;
- d) registros de medições e verificações;
- e) planilha/registro de incidentes e ocorrências;
- f) ata de encerramento;
- g) relatório de recebimento provisório e entrega técnica (ou equivalente), contendo metodologia aplicada, síntese por verificação, não conformidades, evidências e conclusão.

**8. Disposições finais**

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policia Militar, herói protetor da sociedade”*



- 8.1.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, sob direção do Presidente, com base no TR e anexos, vedada a criação de novos requisitos de aceitação.
- 8.2.** Este Anexo integra o Termo de Referência para todos os fins e efeitos.







ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



### ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Processo nº **2025-PQ04F**  
ID CidadES nº \_\_\_\_\_

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES**, inscrita no CNPJ sob o nº **27.476.373/0001-90**, com sede na **Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.047-475**, representada legalmente pelo seu Comandante Geral **Cel PM DOUGLAS CAUS, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87**, nomeado pelo DECRETO Nº 0461-S, DE 07.04.2020, publicada no DIO de 07 de Abril de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 841009, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. ...., RESOLVE registrar os preços das empresas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 14.133/2021, pelos Decretos Estaduais nº 5.354-R/2023 e 5.545-R/2023, e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **ARMAMENTO PORTÁTIL DE USO RESTRITO DA PMES: (I) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK"; (II) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK" E ACESSÓRIOS; (III) CARABINA, MULTICALIBRE MODULAR, CONFIGURAÇÃO "BULLPUP" E ACESSÓRIOS**, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
------------	---

“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Valor Total
1								
2								
n								

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata.

### 3 ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTE

3.1 O órgão gerenciador será a **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PMES**.

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

3.3 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

### 4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, mediante requerimento de adesão enviado, eletronicamente, ao órgão ou entidade gerenciadora com os seguintes elementos mínimos:

- 4.1.1 identificação da ARP de interesse;
- 4.1.2 indicação dos itens e respectivas quantidades;
- 4.1.3 endereços de entrega ou de prestação dos serviços;
- 4.1.4 dados de contato do requerente;
- 4.1.5 assinatura e identificação do subscritor; e
- 4.1.6 outras informações eventualmente requeridas pelo órgão ou entidade gerenciadora.

4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- 4.3 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**Dos limites para as adesões**

- 4.5 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.6 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA E CADASTRO RESERVA**

5.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso

5.1.1 Em caso de prorrogação da vigência da ARP, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

5.1.2 Admite-se a prorrogação antecipada da ARP quando houver o esgotamento do quantitativo de, ao menos, um de seus itens, hipótese em que a prorrogação de um item implicará a prorrogação dos demais na mesma data, independentemente do quantitativo remanescente para cada item.

5.1.3 Na hipótese da prorrogação antecipada de que trata o item anterior, o novo prazo de vigência da ARP será de 1 (um) ano.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada, no prazo de validade da Ata, por intermédio de instrumento próprio, conforme previsto no Edital.

5.3 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.4 - O contrato decorrente da Ata terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual.

5.5 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

5.6 - Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei 14.133/2021.

5.7 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1 - Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do licitante vencedor;

5.7.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.7.2.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.7.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

5.7.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.8 - O registro a que se refere o item 5.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.9 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.10 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.10.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.10.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.11 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.11.1 - Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o item 5.8 deverá ocorrer no Diário Oficial do Estado.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



5.12 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

5.12.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.13 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.14 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.15.1 - Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.15.2 - Adjudicar e firmar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.16 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4 No caso do reajuste, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos no contrato ou instrumento que o substituir;

6.1.5 No caso da repactuação, serão observados os requisitos e critérios definidos no contrato.

## **7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, exceto aqueles que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer a revisão, mediante demonstração de fato superveniente que

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



tenha provocado elevação que impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- 7.2.1 o requerimento seja formulado antes da formalização do contrato ou aceite da ordem de fornecimento ou execução;
- 7.2.2 a modificação das condições que impactam na formação do preço seja substancial e extraordinária, de forma a caracterizar alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor da ARP e os da Administração Pública;
- 7.2.3 seja efetivamente comprovada a desatualização, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;
- 7.3 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor, cabendo ao órgão ou entidade gerenciadora a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 7.4 Ao receber o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora poderá decidir pela suspensão da ata, até a conclusão da análise.
- 7.5 Comprovada a desatualização decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá:
- 7.5.1 efetuar a atualização do preço registrado, nos termos requeridos pelo fornecedor, mediante celebração de termo aditivo; e
- 7.5.2 cancelar o preço registrado, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem a aplicação de sanções administrativas.
- 7.6 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e na ata.
- 7.7 Na hipótese do cancelamento do registro de preços previsto no item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em preços iguais aos do vencedor ou que mantiveram sua proposta final.
- 7.8 Excepcionalmente, na hipótese do item 7.6, a Administração poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido sem a aplicação de sanções quando, constatada a existência de fato superveniente que implique em desatualização dos preços, não for possível quantificar seu impacto no valor originalmente registrado.

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- 7.9 O reajuste e a repactuação dos preços registrados dependerão de requerimento do fornecedor, observando as normas aplicáveis aos contratos administrativos.
- 7.10 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas entre órgãos ou entidades participantes do lote, incluindo o gerenciador, quando este for participante, e para os quantitativos ainda não contratados.
- 8.2 O órgão ou entidade solicitante realizará consulta formal e direta aos demais participante informando o(s) item(ns) e o(s) quantitativo(s) que deseja.
- 8.3 O órgão ou entidade cedente verificará a possibilidade de remanejamento e, se constatada a possibilidade, somente poderá autorizar o remanejamento mediante declaração de sua autoridade competente atestando a disponibilidade de saldo não contratado e a ciência quanto à redução do seu quantitativo solicitado.
- 8.4 O órgão ou entidade solicitante deverá submeter o pedido ao órgão ou entidade gerenciadora juntamente com a justificativa para o acréscimo e a autorização de remanejamento do órgão ou entidade cedente.
- 8.5 Recebido o pedido, o órgão ou entidade gerenciadora verificará a conformidade da solicitação e procederá à formalização de termo aditivo.
- 8.6 Em nenhuma hipótese o fornecedor beneficiário da ARP poderá negar ou condicionar o fornecimento ao órgão ou entidade participante que teve sua solicitação atendida em função do processo de remanejamento.

## **9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1 O fornecedor terá o registro do seu preço cancelado quando:
- 9.1.1 descumprir as condições da ARP;
- 9.1.2 não formalizar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido pela ARP, sem justificativa aceitável;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



- 9.1.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 9.1.4 sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 156 da Lei 14.133, de 2021, observada a abrangência definida nos §§ 4º e 5º do referido dispositivo.
- 9.2 Na hipótese do item 9.1.4, caso a sanção aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da ARP, poderá o órgão ou entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.3 O cancelamento do registro será formalizado por decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa nas hipóteses previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4.
- 9.4 Além das demais hipóteses previstas neste regulamento, o cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, justificadamente:
- 9.4.1 por razões de interesse público; ou
- 9.4.2 a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

## **10 DAS PENALIDADES**

- 10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no contrato.
- 10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito à execução dos contratos celebrados por órgão ou entidade participante ou aderente, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante ou aderente a aplicação da penalidade.
- 10.3 O órgão ou entidade participante ou aderente deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas neste item, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11 CONDIÇÕES GERAIS**

- 11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado,

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

- 11.2 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

## 12 DO FORO

- 12.1 Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

- 12.2 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes (se houver).

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (preencher).

\_\_\_\_\_  
Nome do Órgão Gerenciador  
Representante (nome completo)  
Documento de Identificação

\_\_\_\_\_  
Nome da Contratada  
Representante (nome completo)  
Documento de Identificação

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**Anexo I da Ata de Registro de Preços  
Cadastro Reserva**

**Relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

2º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

3º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

4º Colocado: razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

**Relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original, dentro do valor estimado:**

5º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

6º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

7º Colocado: (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
POLÍCIA MILITAR  
SETOR DE LICITAÇÕES  
“Policial Militar, herói protetor da sociedade”



**ANEXO “IV” – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Pregão nº \_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Processo nº **2025-PQ04F**  
ID CiudadES nº \_\_\_\_\_

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM  
O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR  
INTERMÉDIO DA **POLÍCIA MILITAR DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES** E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_

PARA A **AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO  
PORTÁTIL DE USO RESTRITO DA PMES: (I)  
SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM,  
SISTEMA "BLOWBACK"; (II)  
SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM,  
SISTEMA "BLOWBACK" E ACESSÓRIOS; (III)  
CARABINA, MULTICALIBRE MODULAR,  
CONFIGURAÇÃO "BULLPUP" E ACESSÓRIOS.**

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PMES**, adiante denominada CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº **27.476.373/0001-90**, com sede na **Avenida Maruípe, nº 2.111, Maruípe, Vitória-ES, CEP 29.047-475**, representada legalmente pelo seu **Cel PM DOUGLAS CAUS, brasileiro, casado, Servidor Público Estadual, CPF/MF nº 946.689.497-87**, nomeado pelo DECRETO Nº 0461-S, DE 07.04.2020, publicada no DIO de 07 de Abril de 2020, portador da Matrícula Funcional nº 841009 e a Empresa (**nome completo**), doravante denominada CONTRATADA, com sede (**endereço completo**), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ (preencher) neste ato representado(a) por (**nome e função no contratado**), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, ajustam o presente **CONTRATO DE ARMAMENTO PORTÁTIL DE USO RESTRITO DA PMES: (I) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK"; (II) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK" E ACESSÓRIOS; (III) CARABINA, MULTICALIBRE MODULAR, CONFIGURAÇÃO "BULLPUP" E ACESSÓRIOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 5.545-R/2023, de acordo com os termos do processo acima mencionado, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas Cláusulas Seguintes.

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



## 1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente instrumento é a contratação de **AQUISIÇÃO DE ARMAMENTO PORTÁTIL DE USO RESTRITO DA PMES: (I) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK"; (II) SUBMETRALHADORA, CAL. 9X19 MM, SISTEMA "BLOWBACK" E ACESSÓRIOS; (III) CARABINA, MULTICALIBRE MODULAR, CONFIGURAÇÃO "BULLPUP" E ACESSÓRIOS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2 - Integram este Contrato, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- (a) o Edital e todos os seus Anexos;
- (b) a Proposta Comercial da Contratada.

## 2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

2.1 - O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos (impostos etc.), encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

2.4 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, cujo termo inicial será **10/2025**.

2.5 - Após o interregno de um ano, mediante pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$VR = \frac{V (I - I^o)}{I^o} \quad \text{onde:}$$

VR = Valor do reajuste;

V = Valor atual do contrato ou da parcela a ser reajustada;

I<sup>o</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente ao mês-base;

I = Índice relativo ao mês de reajuste.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



2.6 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.7 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

2.8 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

2.9 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, será adotado o novo índice definido para a Administração Estadual na contratação de serviços semelhantes.

2.10 - O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

2.11 - Os reajustes não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei 14.133/2021.

2.12 - O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

2.13 - O reequilíbrio econômico e financeiro, em qualquer de suas espécies, observará, conforme a natureza do objeto contratual, as regras previstas nos arts. 45 a 53 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023 e na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à renúncia irretratável por ausência de requerimento formal durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação (art. 46 do Decreto).

### **3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1 - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

4.1 - O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** e terá início no dia posterior ao da publicação do respectivo instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PCNP, sendo finalizado com a entrega, recebimento e pagamento, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



4.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado.

4.2.1 - A prorrogação automática deve ser registrada por apostilamento e instruída com a exposição das justificativas e o novo cronograma de execução e desembolso.

## **5 - CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

5.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: \_\_\_\_\_ (preencher);  
Fonte de Recursos: \_\_\_\_\_ (preencher);  
Programa de Trabalho: \_\_\_\_\_ (preencher);  
Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_ (preencher);  
Plano Interno: \_\_\_\_\_ (preencher).

5.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

6.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA E RECEBIMENTO**

7.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1 - Compete à Contratada:

8.1.1 - 8.1.1 - Cumprir todas as obrigações, as condições e os prazos relativos a entrega do(s) produto(s) adquirido(s) e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



8.1.2 - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

8.1.3 - manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021;

8.1.4 - garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia e/ou vigência, conforme definido no Termo de Referência.

**8.2 - Compete à Contratante:**

8.2.1 - efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

8.2.2 - definir o local para entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução dos serviços contratados, conforme definido no Termo de Referência;

8.2.3 - designar servidor(es) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos e/ou da execução do(s) serviço(s) contratado(s), conforme definido no Termo de Referência;

8.2.4 - Emitir decisão sobre eventuais solicitações ou reclamações relacionadas à execução dos contratos no prazo máximo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.5 - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.6 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**9 - CLÁUSULA NONA: DOS ADITAMENTOS**

9.1 - O presente contrato poderá ser aditado, estritamente, nos termos previstos na Lei 14.133/2021, mediante manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado ou em conformidade com norma editada pela Procuradoria que dispense a análise jurídica.

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o contratado que:

(a) der causa à inexecução parcial do contrato;

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



(b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

(c) der causa à inexecução total do contrato;

(d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

(e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

(f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

(g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

(h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

10.2 - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1 - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei 14.133/2021);

10.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei 14.133/2021);

10.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021);

10.2.4 - Multas (art. 156, II, e § 3º, da Lei 14.133/2021), observados os seguintes parâmetros:

10.2.4.1 - Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.4.2 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) incidente sobre o valor do contrato, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 10.1;

10.2.4.3 - Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do contrato, para as infrações descritas nas alíneas “b” a “h” do subitem 10.1.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



10.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção unilateral do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular, convertendo a multa moratória em multa compensatória (art. 162, parágrafo único, da Lei 14.133/2021).

10.4 - Em caso de reincidência, o valor total das multas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

10.5 - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133/2021).

10.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

10.7 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021):

- (a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- (b) as peculiaridades do caso concreto;
- (c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- (d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- (e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei 14.133/2021).

10.9 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

10.9.1 - Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, a Administração deverá notificar o contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

10.9.2 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



10.9.3 - O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade de advertência será de 05 (cinco) dias úteis e de 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, e serão contados na forma do art. 183 da Lei 14.133/2021;

10.9.4 - O contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

10.9.5 - Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, a Administração proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso, que deverá ser exercido nos termos da Lei 14.133/2021;

10.10 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei 14.133/2021).

10.11 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei 14.133/2021).

10.12 - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei 14.133/2021).

10.13 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei 14.133/2021.

10.14 - Os débitos relativos a multas moratória e compensatória e as indenizações cabíveis poderão ser descontados dos valores devidos pela Administração ao contratado e, se insuficientes, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada ou ser objeto de cobrança judicial (art. 156, § 8º, da Lei 14.133/2021).

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)





**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



10.14.1 - Os débitos do contratado para com a Administração contratante poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Estado do Espírito Santo.

10.15 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

## **11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA**

11.1 - Constatado que o Contratado não se encontra em situação de regularidade fiscal, social ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

11.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

11.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo Contratado, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

11.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

11.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o Contratante informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

## **12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

12.1 - A rescisão do Contrato poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

## **13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS**

13.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do arts. 165 a 168 da Lei 14.133/2021.

---

**“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”**

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
*“Policial Militar, herói protetor da sociedade”*



**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo gestor e pelo fiscal designados pela autoridade competente do órgão ou entidade, os quais representarão a Administração e confirmarão o recebimento do objeto contratado, observadas as disposições deste contrato. Sem esse recebimento, não será permitido qualquer pagamento.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA**

15.1 - Representará a Contratada na execução do ajuste, como preposto, (preencher no momento de assinatura do contrato, com nome completo, nacionalidade, profissão e estado civil do representante da empresa).

15.2 - O representante da CONTRATADA deverá realizar o cadastro no Sistema Corporativo de Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais - EDOCS do Governo do Estado do Espírito Santo para envio e recebimento de documentos oficiais.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS**

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.2 - Na ausência de prazo previamente estabelecido para o cumprimento de determinações emitidas pelo Contratante, será aplicado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de ciência formal da determinação pela Contratada. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério exclusivo do Contratante, mediante solicitação formal e devidamente justificada pela Contratada.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO**

17.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 - Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

---

***“Polícia Militar, patrimônio do povo capixaba”***

SETOR DE LICITAÇÕES DA PMES  
Av. Maruípe, 2111, São Cristóvão, Vitória – ES - CEP 29.048-463  
Telefone: (27) 3636-8612/8852 – e-mail: [licitacoes.cpl@pm.es.gov.br](mailto:licitacoes.cpl@pm.es.gov.br)



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**POLÍCIA MILITAR**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**  
***“Policia Militar, herói protetor da sociedade”***



E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Local, \_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (preencher).

---

Nome da Contratante  
Representante (nome completo)  
Documento de Identificação

---

Nome da Contratada  
Representante (nome completo)  
Documento de Identificação

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**PAULO SERGIO ROCHA GOMES**

MEMBRO (COMISSÃO PARA DESIGNAR AGENTES DE CONTRATAÇÃO E EQUIPES DE APOIO)

PM-ES - PMES - GOVES

assinado em 20/02/2026 11:37:56 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 20/02/2026 11:37:57 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por GABRIELA CALLEGARI CARNEIRO (AGENTE DE CONTRATAÇÃO - PMACGDIVASSUNADMIN - PMES - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-Z3NPNJ>